ENSAIOS DE HISTORIA ECONOMICA E FINANCEIRA

AFFONSO DE E. TAUNAY

DUAS PALAVRAS

As páginas que se seguem encerram ensáios que em diversas épocas publiquei. A princípio na Revista Industrial de S. Paulo, *excelente mensario, infelizmente desaparecido, a que dirigia Honório de Sylos com verdadeiro brilho e a competência que todos lhe conhecem. Depois no* Digesto Economico *o periódico de alta valia, órgão da Associação Comercial de S. Paulo e da Federação do Comércio do Estado de S. Paulo, cujos sete anos de existência se balisou pela divulgação de centenas de artigos originais subscritos por muitos dos mais prestigiosos especialistas contemporâneos, brasileiros e estrangeiros, ou assuntos economicos e sociais. E periódico a que imprime a mais elevada orientação a inteligência, e o zêlo de Antônio Guntijo de Carvalho, em notável superioridade de vistas aliada ao critério de escolher o conhecimento dos valores. O estudo sôbre o livro borrador dos negócios do Padre Guilherme Pompeu de Almeida, o famoso creso paulista dos albores do grande ciclo do ouro encerra análise ainda perfuntória, de que se pode haurir para a história econômica de S. Paulo e do Brasil, das páginas desse documentário que suponho seja o mais velho do gênero existente em S. Paulo.*

No segundo ensáio aproveitei documentação absolutamente inédita, obtida graças ao serviçalismo de Eugênio Vilhena de Moraes, o incomparável diretor do nosso Arquivo Nacional. Penso que encerre a mais vultosa e completa cópia de dados estatísticos conjugados, sôbre as condições demográficas e econômicas de S. Paulo colonial, até hoje divulgada, pois data de 1801. *No terceiro estudo procurei fazer um apanhado o mais objetivo possível, de que foi o Ensilhamento de* 1889-1891 *e suas funestíssimas conseqüências para a paz, a economia, o progres-*

so e a reputação do Brasil. Para isto me vali dos dados das estatísticas oficiais, e a isto sobretudo me ative certo de que para o julgamento do facies deste período de desvairo coletivo nada mais há mais eloqüente de que o exame de apresentação dos números.

Ao prezado e ilustre amigo Dr. Sérgio Buarque de Holanda, é-me muito grato entregar estes originais, generosamente solicitados, para que sejam impressos nos Anais do Museu Paulista, *periódico que fundei e hoje em boa hora entregue à direção de seu culto espírito.*

a) Affonso de E. Taunay

S. Paulo, 25 de março de 1951

O MAIS VELHO DOCUMENTÁRIO PAULISTA DE ESCRITURAÇÃO MERCANTIL E BANCÁRIA

Em 1917, pouco antes de seu falecimento, recebi do muito saudoso amigo Augusto de Siqueira Cardoso mais uma prova de um aprêço sobremodo desvanecedor.

Era um dos mais versados linhagistas paulistas de seu tempo. Frequentava contìnuamente o mestre sabedor, *nec plus impar*, dêste ramo de nossa heurística, Luiz Gonzaga da Silva Leme. Diversas vêzes tive o ensejo de o acompanhar nas visitas que fazia a êsse homem erudito e tão chão, tão senhor de seu assunto, tão agradável e cortês.

Aos nove tomos da obra de Silva Leme crivara Augusto Cardoso de notas e de chamadas de correspondência que tornavam a consulta de todos êsses volumes sobremaneira facilitada, pois havendo o autor falecido prematuramente, apresentava-se o seu monumental trabalho desprovido do indispensável índice.

O exemplar da *Genealogia Paulistana* pertencente a Augusto Cardoso veio-me às mãos oferecido por sua viúva, a Exma. Sra. D. Eudoxia Taques Cardoso, em lembrança de seu espôso. Foi-me tal oferta de extraordinária utilidade para a confecção da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, poupando-me árduo trabalho de pesquisas em milhares de páginas.

Mas, voltando ao que ia dizendo acima, certo dia entregou-me Augusto Cardoso umas tantas laudas de fins do século XVII e princípios do século XVIII, provindas do arquivo de Pedro Taques. Chegara a possuí-las como genro de um neto do linhagista. Confiou-mas para exprimir o grande prazer que lhe causara a minha nomeação para diretor do Museu Paulista, onde, declarou-me, certamente iria esforçar-me por servir a tradição paulista.

Isto se passava em março de 1917. A 13 de junho imediato, prematura e inesperadamente, desaparecia o excelente e generoso amigo, vitimado por um coma diabético, e aos sessenta anos incompletos.

Vali-me de suas notas e trabalhoso ensaio de concordância entre as obras de Pedro Taques e Silva Leme para realizar a segunda edição da *Nobiliarquia Paulistana*, trabalho em que tive, para cinco títulos genealógicos, a colaboração do erudito genealogista Dr. Carlos da Silveira.

I

As laudas seiscentistas e setecentistas que me ofertara Augusto Cardoso, série de páginas sobremodo desordenadas, pertenciam indubitàvelmente aos livros de escrituração mercantil do Padre Dr. Guilherme Pompeu de Almeida, o famoso creso de Parnaíba (1656-1713), o banqueiro dos bandeirantes na fase inicial do grande ciclo do ouro nas Minas Gerais.

Muitas delas trazem a assinatura do célebre clérigo apontado a Dom Pedro II por Artur de Sá e Menezes, o notável Capitão-General Governador do Rio de Janeiro e de Repartição do Sul, como tendo tôdas as credenciais para ser o primeiro ocupante da cátedra episcopal que se projetava fundar na vila de São Paulo, em bispado desmembrado da diocese fluminense.

Suponho que essas laudas manuscritas constituam o mais antigo documento paulista de contabilidade comercial e bancária existente em nossos dias. Pelo menos, tão vultosamente quanto se apresenta, suponho que nenhum lhe leve a palma. Parecem constituir os fragmentos de um livro de apontamentos, *borrador* de negócios.

Sôbre a documentação do Padre Guilherme Pompeu, a primeira informação impressa ocorre, a meu ver, nos *Apontamentos* de Azevedo Marques, que a êsse assunto consagrou notícia assaz extensa (I, pág. 178, 179).

Ao redigi-la declarou que o testamento do creso de Parnaíba, datado de 30 de janeiro de 1710, existia ainda no Primeiro Cartório de Orfãos, recolhido do acêrvo da antiga ouvidoria de São Paulo. Dêle transcreveu umas tantas verbas.

Como o legatário universal de Pompeu fôsse o Colégio dos Jesuítas de São Paulo, a quem deixara terras, casas, móveis, livraria, gado, prataria etc., todo êsse acêrvo se englobou no que foi confiscado da Companhia de Jesus por ordem de Pombal.

Assim, muitos documentos a êle relativos foram ter ao Cartório da Tesouraria Geral, depois Imperial, onde Azevedo Marques declara havê-los compulsado.

Quando arquivista do Arquivo do Estado de São Paulo, o Dr. Armando Prado, ao organizar, em 1915, o tomo 44 dos *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo,* nêle incluiu uma *Relação dos bens apreendidos aos jesuítas da Capitania de São Paulo como conseqüência da expulsão dos jesuítas do Brasil* (pág. 337-378) em que aparecem documentos relativos ao espólio do Padre Pompeu.

Ao Arquivo Nacional foram ter, com a transferência da considerável documentação existente na Delegacia Fiscal de São Paulo, muitos papéis também referentes aos bens do Padre Pompeu, como denunciou Basílio de Magalhães (Rev. do Inst. Histórico de São Paulo, XVIII, 309) em notas eruditas ao rico manancial de documentos sôbre o bandeirantismo ali por êle copiados.

Sôbre o creso de Parnaíba tive o ensejo de escrever com certa abundância, na *História da Cidade de São Paulo no século XVIII* e na *História Geral das Bandeiras Paulistas* (tomo IX).

Em 1931, mercê de cordial assinalamento do amigo Dr. José de Barros Saraiva, engenheiro do Serviço do Patrimônio da União, no Estado de São Paulo, tive em mãos umas tantas laudas avulsas, destacadas de um códice esfacelado e referentes ao inventário do Padre Pompeu. Provinham do arquivo da Delegacia Fiscal de São Paulo e reportam-se a contas processadas de seu espólio. Aproveitei-as, e o leitor que se interessar pelo assunto sôbre êle encontrará comentários no tomo terceiro da primeira obra a que acima aludi (pág. 177 *et pars*).

O prezado amigo José Pedro Leite Cordeiro, que tanto já se tem distinguido pelos excelentes e probos estudos sôbre o passado paulista, tem em vista proceder a uma revisão, completa quanto possível, do que há sôbre a interessantíssima figura do Padre Guilherme Pompeu. Espera perscrutar as fontes minudentemente, no Brasil e em Portugal, a começar pelo acêrvo do Arquivo Nacional. E ao mesmo tempo proceder à exegese da centena de laudas do borrador, ou dos borradores, reunidos num só volume, do creso de Parnaíba, escapos à destruição.

Representam essas páginas, a meu ver, repito, a mais velha documentação de contabilidade mercantil paulista até hoje vinda à luz. Pelo menos tão vultosa quanto ela quer-me parecer que nenhuma outra poderá de longe se lhe comparar.

Infelizmente, a falta de indicações cronológicas não nos permite seriar-lhe as páginas, visto como só uma vez ou outra o

opulento clérigo colocou datas em seus apontamentos tumultuários.

Mas ainda assim as informações que delas se pode haurir são bastante copiosas, como por exemplo as que se referem ao preço de muitas utilidades na capitania de São Paulo, ao findar o século XVII e no alvorecer da centúria seguinte.

No *Padre Belchior de Pontes,* o bem conhecido romance de Júlio Ribeiro, novela em que aparece, com grande destaque, o Padre Pompeu, referências diversas nos indicam que o romancista teve provàvelmente em mãos os documentos que mais tarde foram de Augusto de Siqueira Cardoso e hoje se acham em meu poder.

* * *

Deixou-nos o insubstituível Pedro Taques — e não fôra êle, certamente, tudo o olvido avassalaria — a lembrança do fausto e da opulência do Padre Dr. Guilherme Pompeu de Almeida, presbítero secular parnaibano, nascido em 1656 e falecido em 1713 em sua vila natal.

Foi certamente das mais notáveis personalidades das nossas eras coloniais e da história paulista e ainda da história económica brasileira.

Traçando o ilustre linhagista, a seu respeito, pequena notícia biográfica — a *Nobiliarquia Paulistana* — afirmou-se a lenda de que o Padre Pompeu possuía imensos cabedais, que dêle faziam um creso do Brasil setecentista ao alvorecer da era do grande ciclo do ouro nas Minas Gerais.

Sôbre ser sincero, leal e verídico, o ilustre genealogista não deixava, porém, de pender para tal ou qual grandiloqüente megalomania. O que pôde dizer da riqueza do Padre Guilherme Pompeu — de quem se orgulhava de ser próximo parente, primo em terceiro grau — conheceu já aumentado pela amplificação que acompanha a tradição oral.

A publicação parcial do testamento e do inventário do milionário de Parnaíba, em 1879, veio reduzir as proporções de tal fortuna e trazer contestações ao que avançara o cronista.

Aludindo ao fausto com que vivia o ilustre clérigo, em sua casa de Parnaíba, escreve Taques: "para grandeza do tratamento da casa dêste herói paulista basta saber-se que fazia paramentar cem camas, cada uma com cortinado próprio, lençóis finos de bretanha guarnecidos de rendas e com uma bacia de prata debaixo de cada das ditas camas, sem pedir nada emprestado".

Ora, ao fazer o Padre Pompeu a descrição da sua prataria, quer em testamento, quer a inventariá-la, em diversos anos, não deixou menção alguma dêsse luxo, singular e curiosamente aplicado, devemos confessá-lo.

Poder-se-á objetar que talvez se acanhasse com a referência a semelhantes vasos destinados à comodidade dos hóspedes.

Ainda assim, para tanto não haveria razão de ser; em duas relações que constam do seu livro borrador de negócios aparecem apontamentos relativos a tais bacias, reduzidas a meia dúzia, se tanto. Estranhará o leitor, talvez, tratarmos de tal pormenor. Resta-nos, porém, tão pouco acêrca do Padre Pompeu, cuja escrituração se dispersou, que é êste um argumento preciso numérico, com o qual se pode tornar frisante a tendência exageradora do linhagista.

Êsses pequenos reparos não pretendem de todo diminuir a importância das posses de Guilherme Pompeu. Para o seu tempo, para o Brasil deserto de 1700 e segregado do resto do mundo, para a capitania de São Paulo, contando apenas algumas escassas dezenas de milhares de almas, foi êle formidável potência financeira.

Como chegou a reunir tão largos cabedais?

Veio-lhe, do pai e homônimo, grande começo de fortuna. Já em vida do Capitão-Mór Guilherme Pompeu de Almeida recebeu, provàvelmente, avultadas quantias, que largamente multiplicou, quer da herança materna, quer de adiantamentos de legítima, pois antes do falecimento daquele, em novembro de 1694, já realizava grandes transações comerciais, como demonstra o seu livro borrador.

Foi o Capitão-Mór Guilherme Pompeu muito rico para o São Paulo de sua época. Fêz consideráveis doações à capela de Nossa Senhora da Conceição de Vuturuna, que edificara em 1678; deu 200$000, em 1671, à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, e 400$000 na mesma época, como contribuição para a indenização de guerra paga por Portugal à Holanda em trôco da paz de 1663 — donativos enormes para o tempo; teve baixela de prata de quarenta arrôbas, latifúndios sem conta etc.

É provável que fôsse dos maiores, senão o mais opulento paulista de sua época. Abastado por herança paterna, mais se tornara pelo casamento com Anna de Lima Pedroso, filha de João Pedroso de Moraes, alcunhado "o terror dos índios", e sobrinha do famoso apostata Padre Manoel de Moraes, notemo-lo de passagem.

Vivendo em Parnaíba, onde era como um senhor feudal, a sua baixela de prata excedia de 40 arrôbas, adquirida e mais

tarde dispersada, segundo relata o sobrinho bisneto Pedro Taques, a acusar os governadores reinóis de extorsores dos seus governados, "porque nenhum se recolhera para o Reino que não levasse boas arrôbas" de ouro e prata.

O potentado, Capitão-Mór da Vila de Parnaíba, aí expirou a 12 de novembro de 1691, deixando três filhos: o Padre Dr. Guilherme Pompeu de Almeida, D. Maria de Lima e Almeida, casada com o Capitão Antônio Bicudo de Brito, e depois com o Capitão-Mór Pedro Dias Paes, filho do Governador das Esmeraldas, o extraordinário Fernão Dias Paes, e ainda depois com o Capitão-Mór Thomé Monteiro de Faria; e D. Anna de Lima Moraes, casada com Antônio de Godoy.

Assim, ao Padre Pompeu coube certamente grande herança.

Resolvera, a princípio, fazer-se franciscano, dissuadindo-o do intento os pedidos dos pais, "que lhe atalharam com rogativas êste religioso intento", segundo Pedro Taques. Cedendo a tais súplicas, assentou ser presbítero secular. E, realmente mostrava desconhecer a vocação verdadeira, ao pensar em tornar-se religioso mendicante, pois nascera com extraordinárias aptidões para banqueiro e comerciante.

Voltando da Bahia, onde fôra "aprender a língua latina nos pátios do colégio dos jesuítas, onde se consumara excelente gramático", estabeleceu-se em Parnaíba. Estudara filosofia e teologia, do que lhe proviera o grau de doutor por bula pontifícia. Da vila natal nunca mais deveria sair, por longo prazo pelo menos, entabulando uma série de operações comerciais e industriais que lhe permitiram ajuntar enorme fortuna — para o tempo, convém lembrá-lo.

Mas isso, no dizer do genealogista, não o divorciou das cousas intelectuais. "Tão amante das letras que da grandeza e produção do seu liberal ânimo tinham segura proteção os sujeitos bem instruídos na história sacra e profana". E formou larga e excelente livraria.

Agricultor e criador opulento, assistiu aos primeiros movimentos do *rush* paulista para o ouro dos Cataguazes.

Sem deixar Parnaíba associou-se a essas entradas ao sertão, fazendo-se como que banqueiro dos que partiam para o Eldorado do Espinhaço e mandando às Minas Gerais, ao Sabará e ao Rio das Mortes elementos aos mineradores, por conta própria, ou despachando expedições dirigidas por empregados e sócios.

No livro de registro de seus negócios surgem centenas de nomes bandeirantes, os mais ilustres e os obscuros; com quase todos entreteve relações. Mandavam-lhe ouro e quase todos lhe foram devedores.

Ao mesmo tempo ia o seu capataz principal ou sócio João Pinto buscar o metal precioso às catas riquíssimas que começavam a ser abertas; levava comboios de cem e mais índios administrados e escravos do gentio de Guiné, escoteiros e espingardeiros, e cada uma dessas viagens era, em geral, sumamente rendosa.

Compreendeu logo Guilherme Pompeu que os proventos do ouro pouco são para os mineradores. Assim, fêz João Pinto freqüentemente voltar às lavras, ora tangendo grandes pontas de gado, ora a levar carregamento que os mineiros, separados da civilização pelo deserto, sôfregamente adquiriam por preços altamente remuneradores. Vinham essas boiadas de Itu, Sorocaba, Curitiba, onde iam procurá-los outros associados de Pompeu, parentes ou amigos: o sobrinho Pedro Frazão de Brito, que as buscava a 150 e mais léguas ao sul de São Paulo, o primo Luiz Pedroso de Barros e outros.

Ao mesmo tempo, a escravaria do creso fabricava, em Parnaíba, marmelada, de que vendia milhares de caixas para as Minas, a 400 réis a caixeta, carne salgada, toucinho etc. Transportavam os seus comboios sal e açúcar e ainda armas, enxadas e almocafres, numerosos objetos de procedência européia que do Rio de Janeiro, da Bahia, do Reino lhe chegavam contìnuamente.

Negociava em dezenas de artigos: panos, linhos, chapéus, calçados, drogas e remédios, ferro e ferragens, trigo, algodão e sal; e o seu comércio, descendo às pequenas cousas, levava-o a vender carne fresca de vaca aos seus vizinhos de Parnaíba.

Possuindo em suas fazendas oficinas de ferreiro e serralheiro, fazia consertar fechos de escopeta e pôr coronhas novas, fechaduras e cadeados, fabricando-se ali utensílios e ferramentas, pregos e parafusos em quantidade.

O seu grande negócio consistia, porém, nas transações bancárias. Dava e tomava avultadas quantias a juros. Devia a vários, e muitíssimos lhe deviam, dinheiro de contado, ouro quintado, ouro em pó, barretas fundidas e moedas.

Estenderam-se-lhe as transações a centenas de mineradores que lhe remetiam, do sertão, o produto das lavras, a maior parte a figurar-lhe nos livros como parentes, o que não é estranhável, dado o intenso *in breading* dos primeiros povoadores da capitania vicentina, ou compradores que, opulento como era, devia contá-los numerosíssimos.

Gaspar Leme do Prado, cuja transação com Guilherme Pompeu não se efetivou, naturalmente porque a sua jornada às

Minas não foi frutífera, é personagem muito apagado dos fatos antigos de São Paulo.

Nascido em 1665 e falecido em Parnaíba no ano de 1745, era filho de João do Prado Leme e Ana Maria de Louveira. Seu avô, Pedro Leme do Prado, foi dos primeiros povoadores de Jundiaí e seu bisavô, Pedro Leme, um dos mais antigos colonos de São Vicente e um dos cinco troncos brasileiros da *gens* Leme. Também era bisneto do ilustre bandeirante Sebastião Preto.

De seus dois filhos, um, o Padre Bento Leme, foi morador em Cuiabá e outro, Caetano Leme, em Goiás.

Pela declaração do Padre Pompeu, vemos que Gaspar Leme andou nas Gerais, obediente ao espírito dominante do seu tempo.

Não deve ter conseguido grande coisa com a sua tentativa de mineração.

As 234 oitavas que ficou a dever ao seu compadre correspondiam a 838 gramas, quase um quilo do metal causador da *sacra fames*.

Era o que devia entregar a João Pinto, o homem de negócios do creso no território aurífero, ou ao seu primo Sulpício Pedroso Xavier, terrível rixento, cujo nome aparece com destaque no relato dos grandes motins de Pitangui, como o principal assecla de Domingos Rodrigues do Prado.

Se Gaspar devia entregar a oitava a duas patacas (640 réis), ainda havia boa margem de lucro para Pompeu, pois em São Paulo valia ela, no mínimo, 1.100 réis e em Santos 1.500 réis freqüentemente, o que assegurava proventos que, na pior das hipóteses, atingiam quarenta por cento.

Os 150 mil réis do crédito correspondiam a 641 por oitava, aliás, e não a 640 réis, o que dava vantagem ao devedor naqueles tempos, em que se fazia conta de fração de real.

II

O que à primeira vista ressalta da leitura dos apontamentos comerciais e bancários do Padre Pompeu é a absoluta honorabilidade com que se efetuavam então as transações.

"A cada passo diz o capitalista: estou pela sua verdade, deve-me o que disser".

Não há negócios terminados por velhacadas: *safamos contas, safei contas,* eis as palavras a que pospunha constantemente a assinatura.

Juros altos não os cobrava também; quase sempre oito por cento, excepcionalmente dez, quando não emprestava "de amor em graça".

Dada a extrema escassez do numerário e o seu enorme valor aquisitivo, então, era a taxa mais que módica, sobretudo se nos lembrarmos que, em princípios do século XIX, vinte e quatro por cento ao ano representavam juro corrente em Minas, e no interior do País, em geral. Trinta e seis pagavam os boiadeiros, alegremente, tomando todo o dinheiro que encontravam a essa taxa, pois o negócio rendia colossalmente.

Os grandes lucros que o Padre Pompeu auferia provinham certamente da porcentagem com que se pagava no ouro recebido.

Freqüentes páginas do seu borrador nos mostram que recebia a oitava nas Minas a 640, 800 e 900 réis, quando em São Paulo nunca valeu menos de mil réis, no seu tempo, chegando a 1$200 e até a 1$500.

Os bens imóveis é que pouco deviam valer, em Parnaíba e São Paulo, pois, a troco de mínimos espréstimos, os devedores, por vêzes, davam-lhe em hipoteca terras e casas.

Fazia fé para a validade de transação a assinatura do devedor no livro do credor.

A soma de garantias pedidas é que atingia extraordinária elevação. Haja vista o seguinte:

"Deve-me Salvador Gonçalves de Aguiar, em dinheiro que lhe emprestei, de amor em graça, por tempo de um ano, cento e noventa e dois mil e quatrocentos réis, e sendo caso o tenha mais tempo, em seu poder, correrá a juros de oito por cento, cada ano, para que me obrigou e fêz hipoteca de todos os seus bens móveis e de raiz, havidos ou por haver, e peças do gentio da terra e de Guine; e disso não poderá dar, nem vender dos sobreditos bens sem p'ro satisfazer a dita conta do principal a ganhos; e por verdade se assinou neste meu livro, hoje, o primeiro de agôsto de 1696 anos.

São 192$400 réis.

(assinado) *Salvador Gls. de Aguiar*".

Curioso o refôrço de garantias de que se cercou o capitalista, receoso da perda dos 192 mil réis.

"Aos cinco de março de 1697 anos se obrigarão a ser fiadores da quantia acima de cento e noventa e dois mil e quatrocentos réis, que me deve Salvador Gonçalves de Aguiar, e se obrigam a tôda a quantia e juros, como corre, Vicente e Manuel de Aguiar, como fiadores e principais pagadores da quantia tôda sobredita, obrigam de todo a fazer hipoteca de todos os seus bens, assim móveis como de raiz, havidos e por haver e não podendo vender e nem alhear seus bens, até eu ser pago de principal e juros, não podendo por dúvida alguma nesta obrigação

que fazem e querem que valha e tenha vigor como se fôra escritura pública e se assinarão ao mesmo dia, mês e ano".

As quantias dadas a juros cifravam-se freqüentemente a exíguas parcelas, como se depreende do seguinte rol, se bem que anterior ao grande surto do ouro:

"CONTA DOS Q. M. DEVEM DINHEIRO A JUROS, A OITO POR CENTO, HOJE, 20 DE FEVEREIRO DE 1696:

Bento do Rêgo Barbosa	174$104
Domingos Pinto Coelho	16$000
André Nunes de Leivas	50$000
Álvaro Neto Bicudo	32$560
Albano de Góis de Matos	50$000
Francisco de Proença Pontes	25$000
Clemente Portes del Rei	150$000
Diogo de Lara e Moraes	32$007
Antônio Frz. Barros	43$000
Joseph de Almeida Lara	50$000
Braz de Almeida	50$000
Cap. Sebastião Santos De Alva	55$720
Martinho Furquim	32$000
Salvador Glz. de Aguiar	192$400
Joseph Gomes Madr.ª	50$000"

Chega êsse total a pouco mais de conto de réis.

Eram algumas dessas dívidas já então um tanto antigas, como a primeira, datando de 11 de agôsto de 1690.

Não quer isso dizer, porém, que tôdas as transações do Padre Guilherme Pompeu tão limitadas fôssem; a maior parte se fazia por intermédio de verdadeiro encontro de contas com os seus comitentes, a quem encarregava, por exemplo, de mandar quintar o ouro de sua propriedade no Rio de Janeiro.

Assim, também, avultados, relativamente, eram os negócios com diversos dos maiores capitalistas seus contemporâneos, como Fernão Paes de Barros, Simão Bueno, Diogo de Lara, a quem freqüentemente pedia mil, dois e cinco mil cruzados emprestados, com certo prazo de pagamento.

O livro de assentos dos negócios do Padre Guilherme, está muito maltratado; foram-lhe as fôlhas tôdas arrancadas, achando-se agora reunidas sem nexo algum. Parece ter sido uma espécie de borrador.

Se outro destino teve, deduz-se do seu aspecto que a escrituração do creso parnaibano era feita com uma desordem com-

patível apenas com aquêles tempos de honorabilidade geral, em que comerciou o seu possuidor.

Senão transcrevamos uma página relativa às suas contas com um correspondente na Vila de Santos, Gaspar Gonçalves de Araújo.

"*Ano de* 1698

Dei ao Cap. Gaspar Gonçalves de Araújo dr.º que pagou de frete, e gasto dos dois moleques que vieram da Bahia ao Sargento mór Bento do Amaral da Silva 9,200.

Dei mais da conta que mandou aos 26 de novembro 24$950.

Devo, de receita de 27 de Fevereiro de 1698 anos 64$000.

Recebi a arr. de cera do procedido das 298as 1/2 de ouro que mandei ao Rio de Janro.

Mandei pagar os 24$000 do resto que devia a Ant. Tavares da conta de Matheus de Escudeiro e receber C. Gpar. Gonçalves por conta de G. Ferreira Pinto recebeu este dr.

Devo-lhe 18 quintaes de ferro a 5$000 o quintal mais 2 arr. de asso a 160 rs. a lb.

Recebi o ferro aos 18 de março e forão 67 arr. e duas de asso, este anno de 1699; importa o ferro a 5$000 rs. o quintal 83$750 as duas arr. de asso a 160 rs. a lb, emporta tudo 10$240.

Devo da receita de 8 de março de 1699 a 91$780 em que entra a conta das duas arr. de asso acima ditas que são 10$240 que entra nos ditos 91$877. Aos 30 de Junho de 1699 recebi conta ajustada em que devo em dr. 15$000. Por Agosto lhe remeti trinta e tantas 8.s de ouro, perto de 40 oitavas p.as mandar ao Rio ao seu correspondente, de hua receita; minha.

Deve-me em dro. 7$800 rs. de ouro que lhe remetti dos seus cem mil réis que eu la tinha, q. lhe mandei ouro de mais.

Aos 29 de março lhe mandei juntamente com as três barretas da lauda em frente 42 marcos de prata para obras de casa e da receita; mais 8 marcos de meu com.º Claudio Furquim p.a duas salvas e de seus pucaros, remetti mais no mesmo dia duas barretas ao dito p.a as remetter à B.a a Ignacio de Mattos q. per. juntas.

Deve-me mais 12 oitavas e meia de ouro quintado que lhe emprestei aos 20 de março de 1700. Pagará o ouro como me pediu a 1$400 rs. p. acceitará, d. importa em 214 1/2s ou 300$000 r. dro. (a) G.me Pompeu de Almeida".

Não era o Padre Guilherme o único comissário do ouro das Minas Gerais em Parnaíba, se nos é permitida a expressão moderna. Seus recebimentos subiam progressivamente, porém, e

em alguns anos obteve êle grande superioridade sôbre os demais correspondentes.

Vejamos um interessante documento de 1698, ano em que começaram a avultar muito os resultados da obtenção do ouro aluvial das Minas Gerais e outras de Sertão dos Cataguás:

"Por curiosidade faço a conta seg.te do ouro q. entrou na villa de Sta. Anna do Parnahyba este anno de 1698, de agosto em diante, e é o seg.te.

Por Agosto do dicto anno recebi 80 oitavas que me mandou João Pinto e 40 que mandou meu primo Sulpicio Pedroso e é portanto 120 8vas em pó.

Por setembro trouxe Mel Roiz 150, Mel Correa 30 D.os Alves, 50 e 230 8vas em pó.

João Gonçalves das Minas do Sul ssessenta oitavas em pó.

O Capitão Manoel Garcia 20 libras. O Capitão Manoel Bicudo e seus filhos 17 lbs. quit.as. O Capitão Manoel Franco quint.as 8 lbs. D.os da Rocha 6 l.as Joseph de Camargo duas l.as Antonio de Oliveira duas l.as Philippe de Abreu 4 l.as mais 3 D.os Pinto, mais duas quintadas. Seb.am Leme hua quarta.

Veyo me a mi, por Jan. de 1699, assi meu como de diversas pessoas para eu mandar quintar 34 l.as em pó mais 23 e meia."

Só isso representava 7.360 oitavas, ou sejam, quase 26 kg de ouro, massa enorme para o tempo.

Fazendo compras na Europa, por conta de terceiros, e em diversas praças do Brasil, tinha Guilherme Pompeu numerosos correspondentes em Santos, Rio de Janeiro, Bahia, Lisboa, Pôrto e Roma, e constantemente reforçava os depósitos, como se lê no borrador, em diferentes lugares. Não eram essas contas correntes muito avultadas se as compararmos às dos comerciantes, embora medíocres, de nossos dias. Assim, quando muito, atingiam a dez e vinte mil cruzados, soma muito elevada, porém, para os princípios do século XVIII.

Antônio Corrêa Monção e Santos Mendes Maciel, do Reino faziam vir os gêneros e artigos da indústria; da Bahia, por Ignacio de Mattos, negros e moleques ladinos chegavam. No Rio ia ter às mãos de Diogo de Lara e Moraes o ouro a quintar-se, ao passo que, em Santos, Gaspar Gonçalves de Araújo, lhe remetia as cargas de sal, os fardos de fazenda e as miudezas.

Fato interessante: cobrava Guilherme Pompeu, de vários dos comitentes, certa taxa para a conservação do caminho do Mar, a estrada civilizadora essencial que ligava o planalto a Santos. Variavam essas contribuições de um cruzado a dois mil réis anuais.

Outra cobrança, e esta muito mais exigida: de mineradores e bandeirantes, até das diversas categorias de comitentes, a das anuidades relativas a várias irmandades de Parnaíba, confraria do Senhor, sobretudo, de que Pompeu era extrênuo zelador.

Chegassem as suas contas a quantias elevadas, não se dispensava de apresentar aos clientes, desde muito afastados de Parnaíba, residentes a centenas e centenas de quilômetros de São Paulo, separados do mundo pelo deserto, as notas em que lhes pedia três, cinco ou oito patacas de igual número de anuidades em atraso da confraria do Senhor ou do glorioso São Francisco Xavier.

Transcrevamos interessante conta: a que Pompeu cobrou a um seu primo, Antônio Castanho, que, preparando-se para ir ao sertão, em sua casa viera surtir-se.

"Uma escopeta	6$000
12 libras de pólvora	4$800
36 libras de chumbo	3$600
Um tacho de 6 libras	3$880
Um prato de estanho	1$280
7 facas	$600
Alvayade e pedra hume	$480
1 papel de alfinetes	1$600
1 terçado	1$200
3 cadeados	$600
2 arrobas de toucinho	1$600
4 machados e 4 podões	2$000
Dinheiro fornecido aos índios	2$000
5 collares	$300
1 canoa	7$000
Confraria do Senhor anno de 1690	1$000"

III

O comentário dos manuscritos do Padre Guilherme Pompeu permite, até certo ponto, a reconstrução de determinada face económica de São Paulo setecentista, muito embora, como já frisamos, os documentos se achem notàvelmente desfalcados e sobretudo truncados.

Apesar dessas deficiências, é indubitável que representa documento de suma valia para a história da civilização entre nós, êsse avariado borrador do creso colonial.

É, quiçá, o único documento hoje subsistente, de ordem comercial, relativo à fase dos primeiros anos do bandeirantismo do

ouro seiscentista e setecentista, da primeira década do grande ciclo das Minas Gerais.

Perto de Parnaíba, possuía o creso, em Araçariguama, uma fazenda onde, habitualmente, se comprazia em residir e onde presidia festas religiosas notabilíssimas, que Pedro Taques descreve, realizadas na sua capela de N. S. da Conceição, "a cujo mistério tinha cordial devoção, tôda adornada de excelente talha dourada com muita magnificência".

Celebrava-se anualmente, a 8 de dezembro, com um oitavário de missas cantadas, Sacramento exposto, e sermão a vários santos, terminando por um aniversário pelas almas do purgatório com o ofício de nove lições, missa cantada, e sermão.

De São Paulo concorria a maior parte da nobreza com os regulares de maior autoridade, das quatro "religiões" como no tempo se dizia: Companhia de Jesus, Carmo, S. Bento e S. Francisco, além dos clérigos seculares de maior graduação.

"Era a casa do Dr. Guilherme Pompeu naquelles dias populosa villa, ou côrte, pela assistência e concurso dos hospedes", escreve Pedro Taques com minudência em páginas que já têm sido transcritas numerosas vêzes.

"Tinha na entrada da sua notável propriedade um pórtico, do qual até as casas mediava um plano de 500 passos, todo murado, cujo terreno servia de pátio à igreja ou capela da Conceição. Nesse portão ficavam todos os criados dos hóspedes, que ali se apeavam, largando esporas e outros trastes com que vinham de cavalo; e tudo ficava entregue a criados, escravos, que para êsse político ministério os tinha bem disciplinados.

Entrava o hóspede, ou fôsse um, ou muitos em número, e nunca mais nos dias que se demorava, ainda que fôssem os de uma semana, ou de um mês, não tinha nenhum dos hóspedes notícia alguma dos seus escravos, cavalos, e trastes.

Quando, porém, qualquer se despedia, ou fôsse um, quinze, ou muitos ao mesmo tempo, chegando ao portão, cada qual achava o cavalo com os mesmos jaezes, as mesmas esporas, e os seus trastes todos, sem que a multidão da gente produzisse a menor confusão na advertência dos criados do creso.

Vinham os cavalos das cavalariças, onde tinham tido o bom penso de erva e milho.

Espantavam-se os hóspedes ao observar que nunca entre a multidão que diàriamente concorria a visitar e obsequiar dias e dias ao Dr. Guilherme Pompeu, se experimentava a menor falta, nem ainda uma só troca de trastes.

Era-lhe tão profusa a mesa, que nela as iguarias de várias viandas ocorriam com tal abundância, que se acabava uma re-

feição e, passadas algumas horas, chegassem hóspedes, haveria recursos para banqueteá-los sem a menor falta. Por essa razão tinha a ucharia sempre pronta.

Tal a abundância do trigo, que diàriamente se cozia o pão.

O vinho era primoroso, de grande vinha que com acêrto se cultivava, e mau grado o larguíssimo consumo, de ano para ano sobrava".

Explicando as fontes de onde provinha tanta generosidade, continua o linhagista:

"Engrossou o seu copioso cabedal com a fertilidade das Minas Gerais, para as quais, mandando numerosa escravatura debaixo de administração de zelosos feitores, recebia todos os anos avultadas remessas de ouro. Soube distribuir êsse grande cabedal, mandou à Côrte de Lisboa reformar a prata, que, em muitas arrôbas, herdou de seus pais, e posta em obra mais primorosa que nenhum outro seu nacional.

Os móveis eram todos ricos e de primor. Distribuía considerável soma de dinheiro em esmolas, e sustentava com liberal grandeza os seus correspondentes. Na cúria romana teve excelente aceitação no honroso obséquio de alguns cardeais, pelos quais conseguiu as letras de bispo missionário, que chegaram a tempo que já estava enfêrmo, de que acabou a vida, servindo-lhe só para o tratamento de ilustríssima, que na oração fúnebre que se recitou no colégio de Jesus da cidade de São Paulo deu o orador ao cadáver exposto no mausoléu, que com funeral pompa lhe erigiu o mesmo colégio, agradecido à beneficência com que lhe deixou muita parte dos bens".

Referindo-se ao prestígio de que gozava o opulento parnaibano, conta o genealogista:

"Teve o Rev. Dr. Pompeu a glória de hospedar, por muitos meses, a um bispo grego, que das Índias de Espanha veio ter a São Paulo para, na frota do Rio de Janeiro, se passar para Lisboa".

É bem possível que êsse bispo grego haja sido o intrujão que se intitulava arcebispo de Samos e o Governador Antonio Paes de Sande enxotou do Rio de Janeiro, recambiando-o à Europa.

Continua Taques: "depois hospedou ao padre Manoel de Sá, patriarca da Etiópia, que, vindo da Índia à Bahia, passou a São Paulo em 1707, atraído do nome do grande Guilherme Pompeu, a cuja conta correu, por notícias, que teve da vinda do patriarca, tôdas as despesas logo que da Bahia chegou ao Rio de Janeiro com tôda a devida grandeza, com o qual, embarcou para Santos, de onde passou a São Paulo já conduzido pelo comboio de 100 índios, que todos carregados tinha mandado Pompeu para transitar dois dias de jornada até São Paulo o dito patriarca.

MUSEU REPUBLICANO DE ITU

Êsse prelado se confundiu de encontrar nas matas da vila de São Paulo um varão tão bem instruído, que não lhe fazia falta a criação das côrtes que Pompeu não tinha conseguido.

Enfim, do Rev. Dr. Pompeu tôda notícia será sempre diminuta, e duvidosa a expressão que se fêz verdadeira pela ocular experiência dos que alcançaram tanta magnificência".

Infelizmente se perdeu o testamento do creso feito a 30 de janeiro de 1710. Ainda estava íntegro, ao que parece, à disposição dos consulentes, no primeiro cartório de órfãos de São Paulo, onde Azevedo Marques o manuseou no terceiro quartel do século passado.

Dêle copiou as verbas que lhe pareceram mais importantes.

Afirma Taques que Pompeu só à Igreja do Colégio de São Paulo legou catorze arrôbas de prata em grandes lampadários, castiçais etc. Em testamento arrolou umas duas centenas, talvez, de peças de prata, e umas tantas de ouro.

Tinha muitas terras em Parnaíba, Itu, Sorocaba.

Declarou possuir 101 escravos do gentio de Guiné, e administrar 204 pessoas do gentio da terra.

Confessou ter tido uma filha por nome Ignez de Lima, que casara com Paulo de Barros.

Herdeira universal fêz a sua capela de Nossa Senhora da Conceição.

Administrador dos bens doados a essa capela seria o colégio da Companhia de Jesus em São Paulo.

Cotejando a descrição da copa da prata feita pelo próprio padre com o arrolamento do Reitor do Colégio, vemos que há divergências sensíveis.

IV

Respiguemos, na documentação do Padre Pompeu, alguns informes sôbre o gênero de transações que realizava.

Um dos seus mais importantes negócios era o da venda de boiadas.

Nada mais lucrativo. Um boi que em São Paulo se vendia a dois, três ou quatro mil réis, alcançava fàcilmente, nos lugares de mineração de ouro, cem e cento e vinte oitavas, o que representava quantia entre 120 a 200 mil réis. E não havia mercadoria de tão imperiosa colocação como a carne verde, em terras onde não existia lavoura a não ser quanto a pequenos e escassos milharais.

Não podiam êstes atender aos reclamos de uma população de milhares de aventureiros e população que se avolumava dia a dia.

A distância entre os campos paulistas e o local das minas não vinha a ser assim tão considerável, embora o caminho das boiadas fôsse muito mais áspero do que o itinerário de norte a sul, do interior baiano ao vale do Rio das Velhas e do Rio Doce.

Em compensação, o afastamento dos centros de abastecimento nortistas vinha a ser muito maior do que o dos paulistas.

O rebanho nortista, segundo Antonil, era então muito mais considerável do que o sulista. O baiano orçava por meio milhão de reses, o pernambucano por oitocentas mil, o fluminense apenas por sessenta mil.

"Na vila de São Paulo matam as reses que têm em suas fazendas, que não são muito grandes. E só nos campos de Curitiba vai crescendo e multiplicando cada vez mais o gado", anota o autor de *Cultura e opulência* com tôda propriedade.

O rebanho paulistano e paulista, no alvorecer do ciclo de ouro, mostrava-se ainda muito pequeno. Não havia na Capitania de São Vicente senão pequenas fazendas criadoras, muito aquém daquelas enormes glebas pastoris setentrionais onde se contavam, segundo o mesmo Antonil, seis, oito, dez, quinze e até mais de vinte mil cabeças.

Prova de tal disparidade temo-la nos próprios arrolamentos de um homem opulento como Pompeu, que nos seus diversos currais apenas contava normalmente um milheiro escasso, talvez, de bovinos.

Fôsse como fôsse, descontadas as perdas, em caminho, de reses mortas ou tresmalhadas, era o negócio prodigiosamente rendoso e Pompeu a êle se aplicou ardorosamente, despachando bois seus e outros que adquiria.

Vejamos algumas referências aos negócios do creso de Parnaíba como marchante, como hoje se diz, para se designar certo comércio especializado de gado, pois no século XVI era o substantivo sinônimo de mercador, como nos inculca Gil Vicente.

Tudo nos faz crer, aliás, que marchante decorre de *marchar* e *marcha*, visto como tal profissão sugere logo a idéia da marcha das pontas em direção aos matadouros e açougues. Pretende Caldas Aulete que a etimologia é diversa, arábica. Vem o vocábulo de *marcham*, ferro de marca para o gado.

Seja como fôr, isto é bem mais racional do que a pretenção do etimologista francês, que, a fina fôrça, fêz *alfana* descender de *equus*...

Numa das páginas do Códice do Padre Pompeu tem-se interessante documento relativo ao trânsito de vultosa boiada tangida para as terras auríferas, numa marcha de muitas centenas

de quilômetros e em zona sobremodo dobrada como a da Mantiqueira e depois nos aproches do Espinhaço.

* * *

Arguto como era, compreendeu Guilherme Pompeu — logo que lhe chegaram as notícias estupefacientes da descoberta das enormes jazidas do Sertão dos Cataguás — que lhe seria eminentemente lucrativo fornecer víveres aos mineradores imprevidentes que para a região aurífera acudiam aos golfões, em multidão verdadeira.

O aprovisionamento em carne fresca era o essencial e o mais prático por se tratar de mercadoria semovente, e bem sabemos que o arrendamento do corte e dos açougues foi uma das causas primordiais do conflito entre paulistas e emboabas, tão açulado por indivíduos da ganância de Manoel Nunes Viana, Amaral Coutinho e, sobretudo, o famoso e belicoso mercedário Frei Francisco de Menezes.

Assim tratou Pompeu de aumentar o seu gado e de adquirir bois aqui e acolá.

Em setembro de 1697 possuía no "Curral do Henrique" 120 reses de ferro.

Em maio de 1698 ferrou mais 101 bois, deixando os animais devidos ao dízimo assinalados nas orelhas direitas, partidas.

A 30 de agôsto de 1699 visitou os "currais do Joaquim" onde dispunha de 115 cabeças e os "do Antônio" onde se reuniam 98.

Em 1700 êsse Antônio mandava dizer-lhe que contava 104 bois.

Quem se encarregava de, nos diversos currais, reunir os ruminantes que deviam seguir para as minas era um capataz por nome João Pinto. Era escravo de Pompeu, que o comprara num lote por cinquenta mil réis em 1691, com outro cativo, homem feito, e um moleque, a ser dado de presente.

Em 1699, declarava o clérigo guardar numa caixinha 1.849 oitavas em 16 barretas, sendo que dêste ouro 401 oitavas pertenciam a João Pinto, prova de que o elevara à categoria de sócio ou interessado.

Com o genro dêste, Miguel Leite, também mantinha negócios. Foi quem tratou do seu inventário, pagando a seu filho sua legítima para o tempo assaz considerável, na importância de 106$920 rs., a 29 de julho de 1705.

Em junho de 1703 escrevia Pompeu: "tornei a fundar curral em vários campos e sítios de Itu e tornei a botar da Capela Velha 60 cabeças novas e velhas".

Fôra Pedro Frazão de Brito buscar nos campos de Curitiba numerosos novilhos.

Assim, nesses currais da Capela Velha possuía então o creso 144 cabeças, e, em 1706, um pouco mais, 206.

O negócio ali se fazia em meação com Pedro Frazão.

Os currais de Itu pareciam mais povoados. Em 1699 ali pastavam 213 animais.

Testando a 30 de janeiro de 1710, declarava Pompeu que, além dos chãos dos seus currais, no chamado Pôrto dos Castelhanos, limítrofes do rocio da vila, possuía uma testada de 2.300 braças com uma légua de sertão de fundo, ou 33.396.000 metros quadrados: ou ainda uns 1.330 alqueires paulistas, o que não representava muito para o tempo, com o valor venal da terra, por assim dizer, nulo. Tanta e tanta terra, para tão pouca gente!

Tinha ainda outros currais em Sorocaba, Araçariguama, Parnaíba, mas os principais viveiros de gado achavam-se em Itu, onde em 1699 dispunha de 213 reses.

De seus campos de criar pôde tirar 300 bois para as minas em 1700.

Em 1699 fundava o creso outra sociedade, tendo como sócios o mesmo Pedro Frazão e outro primo, de quem também era "tio segundo" Luiz Pedroso de Barros, homem mais tarde notabilizado pelas façanhas praticadas no assédio de São João d'El Rei, onde comandaria a vanguarda do exército paulista de Amador Bueno da Veiga, tendo-se então portado com mais bravura e decisão do que o cabo maior seu comandante.

Mais tarde ainda se destacaria Luiz Pedroso pelo que iria realizar nos primeiros anos dos fastos matogrossenses, intentando abrir uma estrada para tropas e boiadas de São Paulo às margens do Rio Paraná.

A Frazão entregou Pompeu 1.426 oitavas para comprar bois. A Luiz Pedroso, nessa mesma ocasião, 221 oitavas, a fim de adquirir vacas da primeira parição.

A um tal Diogo de Castro, de Curitiba, mandou 200 oitavas, a fim de lhe arranjar uma ponta. Assim, a êsses três sócios forneceu 1.867 oitavas, ou sejam, no mínimo, 2.240$000, pois a oitava devia valer naquela época, em São Paulo, uns três cruzados. Tal soma representaria hoje perto de um milheiro de contos, talvez.

Em 1700 devia Pedroso de Barros ao opulento tio 683 oitavas. Que lucros teria realizado nas minas? É o que a escrituração examinada não esclarece.

Quanto teria pago ao seu capitalista, dos lucros da aplicação das 1.426 oitavas iniciais? Infelizmente, nada informam os assentamentos que temos à vista.

Vejamos, porém, alguns tópicos relativos às transações do Padre Pompeu como marchante e grande fornecedor das Minas Gerais.

No livro borrador encontramos referências curiosas a êsses negócios:

"Aos 6 de junho de 1703 anos partiu meu afilhado o Capitão Mor Pedro Frazão de Brito para as Minas das Cataguás e saiu de Parnaíba com 316 bois que saem por conta minha e sua e partiremos por meio o procedido dêles, tirando-se primeiro o que tenho gasto no custo dêles que consta da lauda em frente e o mesmo fará o meu afilhado no dinheiro com que entrou na compra dos ditos bois.

Leva mais de minha conta cinco barris de aguardente, cinco peruleiras de vinho da terra, oito arrôbas e meia de toucinho e vinte e um negros meus com quinze escopetas, quatro podões, duas enxadas, quatro cavalos, uma frasqueirinha."

A êste Pedro Frazão de Brito chama Pompeu, às vêzes, meu sobrinho, quando era filho de sua prima-irmã Ana de Proença. Assim, vinha a ser *tio segundo* do afilhado e sócio, como diziam os antigos paulistas.

Teve êste papel muito saliente na história dos primeiros anos mineiros, tornando-se um dos principais moradores das minas de Ribeirão do Carmo, onde "pelo grande préstimo e tratamento de cavalheiro tão distinto, logrou grandes respeitos".

Durante a Guerra dos Emboabas pôs-se à testa de forte coluna, infligindo grande derrota aos partidários de Manuel Nunes Viana, que pretendiam apossar-se das minas do Carmo.

Nomeou-o o Capitão General Dom Braz Baltazar da Silveira, Capitão-Mor regente dessas minas, onde faleceu em 1722.

Não assentou Pompeu, infelizmente, os preços dos gêneros conduzidos por Frazão e desapareceu a lauda correspondente à compra dos bois.

Ao voltar de viagem contou-lhe o capataz João Pinto que de sua boiada restavam onze cabeças valendo 486 oitavas, o que dá para cada boi o valor de 44 oitavas, ou uns 60$000 rs., trinta vêzes o preço da compra! Ótimo negócio! Talvez fôsse o refugo da ponta.

A 1.º de junho de 1704 recebia Pompeu 26 libras de ouro em pó (uns 12 quilos de metal).

Remeteu-as Frazão por um escravo viajando em companhia de Joseph Correia Leite, e, ainda uma pepita de 36 oitavas (126 gr.).

Em dezembro de 1705 voltava Frazão a Parnaíba, entregando ao tio segundo mais trinta e cinco libras (pouco mais de 16

quilos de ouro). Supomos que êste ouro representasse os lucros da venda do primeiro carregamento.

Em dezembro de 1704 despachava Pompeu outra expedição comercial às minas, sob a guarda de Frazão e de Simão Bueno da Silva, irmão do segundo Anhanguera. A 6 de julho de 1706 voltava êste às minas, levando mercadorias no valor de 1:321$770 rs. Desta soma teria de se pagar das despesas do caminho.

Em novembro de 1710 ajustaram contas tio e sobrinho, ficando Frazão a dever 1.572 oitavas de ouro e 427$580 rs. em dinheiro. Assim, êsse débito orçaria por pouco mais de dois contos de réis.

Interessantes são as verbas da coluna do *deve* de Frazão: algumas parcelas de débitos seus a diversos, anuidades de irmandades, carne de vaca fornecida a sua mãe (960 rs.) o que demonstra a meticulosidade das contas de Pompeu. Infelizmente, o que se salvou da destruição foi apenas êsse borrador tumultuaríssimo em seus apontamentos multifários, nêle existindo, contudo, numerosas referências aos livros *razão* do *creso*.

Se acaso não foram totalmente destruídos, quanta informação preciosa poderão ministrar sôbre a vida económica paulista da era seiscentista e setecentista!

Assim, no borrador há referências como a seguinte: "estas contas ou adições também estão assentadas na conta que tenho em partidas (?) com os ditos (pessoas com quem mantinha transações) como com o Padre Vigário de Parnaíba (a fls. 9) e do dito meu primo a fls. 8 e com o Capitão-Mor Domingos Dias (da Silva) na letra *D* no alfabeto dêste livro".

Tal nota foi lançada a 29 de setembro de 1699.

Em outros lugares ocorrem mementos e referências, como estas: Capitão Simão Bueno fls. 75, Capitão Sulpicio Pedroso Xavier fls. 38, Santos Mendes Maciel, em Lisboa, fls. 74 etc.

Naturalmente estas referências dizem respeito a contas em confronto de *deve* e *haver*.

Negócios grandes teve Pompeu com os dois irmãos Bueno: Bartolomeu — o segundo Anhanguera, o descobridor de Goiás — e seu irmão Simão, sobretudo.

Ambos mineravam nas Minas Gerais: o Anhanguera nas imediações do Curral d'El Rei, perto de Sabará, e hoje Belo Horizonte — e Simão não sabemos onde.

Mandou-lhe, êste, ouro a guardar na importância de seis mil cruzados... (2:400$000), uns 6 quilos de metal, talvez, e dêle recebeu uma clareza de depósito no cofre dos órfãos de Parnaíba.

O encontro de contas com o bandeirante fêz-se em 1704, aparecendo aí uma transação mal explicada com o Anhanguera,

a quem deveria Pedro Frazão de Brito sete libras de metal (896 oitavas, ou 2.140 grs., aproximadamente) dívida encampada pelo padre.

Na mesma ocasião ajustou Pompeu uma série de pequenas contas com Simão Bueno, cuja mulher era sua parente. "15$000, em dinheiro, que emprestei à minha prima e mais 4$000 de dois cestos de farinha de trigo, dois pares de sapatos e chinelas (1.040 réis) cêra e um baú vindo de Lisboa, 35$020 rs.". Liquidadas as contas, ficou Simão Bueno devedor de apenas 44$000.

V

Já em 1698 mandava Pompeu expedição às Minas e dali recebia ouro.

É o que se depreende dêstes assentamentos:

"Aos 25 de julho de 1698 anos recebi o ouro que João Pinto me remeteu pelo Padre Frei Gaspar Fragoso e que me entregou Inácio de Cubas e pesou oitenta oitavas em pó: quintado êste ouro, foi vendido em Santos por via do Padre Raposo a 1.548 e rendeu em dinheiro 105.600 rs.

No mesmo dia acima e ano dito recebi na mesma ocasião o ouro que me remeteu meu primo Sulpicio Pedroso Xavier e foram quarenta oitavas em pó; quintado, ficou em 31½, que, vendido em Santos, rendeu com a quebra que teve que se vendeu a 1.540 a oitava e o dinheiro quebrou e ficou em 970 a oitava."

Essa quebra a que alude o capitalista refere-se à baixa da moeda havida em todos os Estados do Brasil, por ordem de D. Pedro II.

"Dia do Arcanjo São Miguel despedi os negros para as Minas aos 29 de setembro de 1698 anos, por cabos a João, mameluco, e Sebastião, tecelão, a levar socorro a João Pinto e importaram os gastos desta viagem com o que mando 300.000 rs., não avaliando as escopetas dos negros, de mantimentos e os dois tachos mais em dinheiro para os guias 7.560.

Com que importam êstes gastos 307.550 e quando partiu João Pinto.

	385$000
	307$560
	692$560
Perdi o negro Vicente	50$000
e importa	742$560"

Não tardou que João Pinto se realentasse com o socorro.

Anota o Padre Pompeu:

"Aos 12 de janeiro de 1699 a. recebi ouro em pó que me mandou João Pinto pelos meus negros 18 libras e meia (oito e meio quilos de metal) de ouro em pó procedido da carregação que lhe mandei."

Assim, a expedição custava ao creso umas 750 oitavas, tendo em três meses recebido de João Pinto mais do triplo de tal valor. E provàvelmente ainda não estavam as contas liquidadas. Contemporâneamente, recebia Pompeu "de seu primo V. Pedroso 23 libras e mais que lhe mandara S. P.".

Êsse S. P. não pode deixar de ser Sulpicio Pedroso e V. P. Valentim Pedroso de Barros, o bandeirante de tão largo destaque nos primeiros anos mineiros, irmão do famoso Jerônimo Pedroso de Barros, cuja rixa com Manuel Nunes Viana foi o primeiro episódio da Guerra dos Emboabas.

Seria êsse mesmo Jerônimo quem, à testa dos paulistas, viria a constituir um dos grandes esteios da autoridade do Conde de Assumar, atacado pelo aventureiro português Felipe dos Santos, o famoso personagem arvorado pelos cultores da História do Brasil, pelo Método Confuso, em paladino de nossa independência nacional.

A insofismável e esmagadora documentação arrolada e analisada por Feu de Carvalho irrespondìvelmente demonstra a inanidade de tão incrível pretensão.

Assim já em princípio de 1669 recebia Guilherme Pompeu nada menos de 42 libras do ouro das Gerais, só de duas remessas documentadas, 19.278 gramas de ouro, ou fôssem 5.376 oitavas.

Êste ouro, a calcularmos pelo valor aquisitivo da moeda no tempo, representaria hoje, quiçá, uns cinco mil contos, senão muito mais, pois é dificílimo esboçar qualquer paridade de valores entre espécies de economia tão díspar quanto a do penúltimo do século XVII e o nosso ano da graça de 1950.

E qual seria a margem de lucro deixada pela venda das carregações do creso? Imensa, pela certa, se nos reportarmos à famosa tabela dos preços de Antonil.

Cotejemos alguns dados comparativos interessantes entre o preço dos artigos em São Paulo e nas Minas, valendo-nos da tabela de Antonil e dos preciosos assentamentos dos livros da Mordomia da Abadia de São Bento, na vila paulistana, relativos aos últimos milésimos seiscentistas.

	Em S. Paulo	*Nas Minas*
Um alqueire de farinha de mandioca	640 rs	43.000 rs
Um libra de açúcar	120 rs	1.200 rs
Uma arrôba de carne verde	200 rs	6.000 rs
Uma caixa de marmelada	240 rs	3.600 rs
Uma galinha	160 rs	4.000 rs
Um queijo da terra	120 rs	3.600 rs
Um queijo flamengo	640 rs	19.200 rs
Um boi de corte	2.000 rs	120.000 rs
Um cavalo	10.000 rs	120.000 rs

Difícil será encontrar-se espécimem de escrita contabilista mais desordenada do que a dos apontamentos do Padre Pompeu.

Copiemos uma página correspondente a uma série de transações com o Capitão Bento do Rego Barbosa. Seu nome, em todo o caso, não figurou nas obras de Pedro Taques e Silva Leme.

"Deve me o cap. Bento do Rego Barbosa dr° a juros aos 11 de agosto de 1693 annos e tem pago os juros até êste anno de 96.

"Importão os juros cada anno 15$273 rs.

"Deve me mais dr° de resto de contas 5100 mais dr° de 18 arr. de algodão a 600 a arr.; mais de obras 104.

"Recebi de um descarosador de m.° (milho) 4000, hua serra braçal que asentei com D.os Pto dis elle que a recebeu com q. abaterei esta conta em D.os Pto como o dito disser.

"Recebi 5120, deve me 5000 de um torno... gde se entra nas contas acima. R^{i} mais 640 qdo me pagou o dr° da Confraria do Snr. Recebi os ditos 640.

"Aos 20 de mayo de 1696 annos ajustamos as contas acima, as q. estão riscadas, q. são as contas miudas e do Cap.m Bento do Rego Barbosa e me fica devendo em dr° 10.360 mais 200 de cera.

"Deve me mais um alqre de sal. Recebi uma pessa de pano a conta do que deve hoje 2 de junho e são dez mil réis q. lhe descontei pela peça de pano, que assim corre o pano neste preste mes de junho e dará pela carga de sal 4000 rs. q. assim a comprei.

"Recebi mais hua pesa de pano aos 28 de julho que lhe descontarei em 11.000 na villa esta a dez mil réis no preste tempo.

"Recebi mais hua pesa de pano aos 27 de agosto do ano em 10500, por este preço vendo... a Dos da Rocha por via de André Nunes deve de hua coberta 12000.

"Recebi mais vinte rs aos 25 de dezembro de 1696.

"Recebi aos 4 de agosto de 1697 annos 12000 rs a conta dos juros que devia são doze mil rs que recebi.

"Ajustei estas contas tudo meùdamente em presª de meu compº André Nunes de Leivas (?) q. as fez athé a era de 1697 aos 14 de março do anno de 1698 e descontando tudo o que recebi e abatendo-se e descontando se os ganhos de tudo qto me deu a pagar todas as contas...fica e resta me a dever liquido da principal 174.104 que aos 11 de agosto de 1697 annos como q. aos 11 de agosto deste dito anno de 1698 pagará os juros da dita conta e que são 174.104.

"E importa o ganho principal cada anno 13.928 rs. Ha de pagar me por tudo 175.082 rs.

"Pagou tudo aos 27 de abril de 1699 annos.

Gme Pompeu de Almeida".

Por volta de 1700 o afluxo de ouro às arcas do creso parnaibano se avolumou consideràvelmente. Curiosa é a conta aberta com Paulo de Barros, personagem casado com a filha de Pompeu, Inez de Lima, conforme declarou formalmente num item de seu testamento, ao tornar público que a casara dando-lhe o dote competente, não sendo ela, aliás, herdeira forçada dêle testador, "conforme a ordenação de Sua Majestade que privava dêste direito os filhos naturais dos nobres".

Talvez haja Paulo de Barros sido um dos bastardos do ilustre bandeirante Antônio Pedroso de Barros, assassinado numa revolta dos seus índios, segundo parece, e não por seu concunhado Alberto Pires. Tivera Antônio Pedroso êsse Paulo de Barros de sua índia Maria Pequena.

Cedo despachou Pompeu o seu genro postiço aos territórios auríferos, onde o mamaluco operou muito proveitosamente, como se depreende de uma página do livro do clérigo.

"Ano de 1700 aos 28 Fevro. Contas de Paulo de Barros.

"Deve me por conta do q. recebi do C. Gpar. Gonçalves de Araujo do sustento dos moleques 46350 reis.

"Tenho em drº do seu ouro q. vendi ao Pe. Raposo para seu cunhado João Ferreira q. foram 417 oitavas... 581.880. Entreguei todo este dro. e ficão safas estas contas q. entreguei em dinheiro abatida a conta acima 533.530.

"Fizemos contas cõ Paulo de Barros hoje 27 de março de 1700 e de todo o ouro que me tem dado a guardar tenho em meu poder 637 oitavas de ouro quintado (2329 grs). Deve me em dro. 9280. Deve me mais em dro. 320.000 mais deve uma barreta de ouro de 13½ oitavas a 1500 a oitava 20$250 rs. mais de huns fechos 6400 hua coronha de pistola 480 duas coronhas mais de bacamartes 2$600 hua molinha mais a pro. de Mattos peguei em dro. das chaves de ouro... 4260.

"Aos 18 de julho de 1701 fizemos contas cõ Paulo de Barros e ha o seguinte:

"Tenho em minha mão o ouro seu embarretado 628 oitavas e meia. A esta conta de ouro hei de pagar ao Dr. João Leite da Silva (irmão de Fernão Dias Paes) 300$000 rs.

"Deve me o dito Paulo de Barros em dro. 94.480 rs., importão as 623 a razão de 1400 rs. a oitava 872.200 q. abatendo-se do q. me deve são 94.480 fico eu devendo 777.720.

Deve me do Caminho do Mar qdo. se fez a confraria do Snr.	4.400
Mais da confraria do Snr. ano de 1703	1.440
Deve me mais dro. q. paguei ao Dr. João Leite da Silva	355.000
Deve mais dro. q. dei a sua mulher Inez de Lima	12.000
Mais desaseis mil rs.	16.000
Mais 20000 mais da confraria do Snr. ano de 1704	1.160
Mais trinta e dous mil rs., mais 960, mais da confraria	1.440
Mais de confraria do Snr. ano de 1706	1.760."

As praças com as quais negociava Pompeu eram Santos, Rio de Janeiro, Bahia e Lisboa.

Tinha, como correspondentes principais, na primeira Gaspar Gonçalves de Araújo, na segunda Manuel Jacinto Pinto e Antônio Corrêa Pimenta, na terceira Inácio de Matos e na quarta Santos Mendes Maciel e Antônio Correia Monção, tio de Pimenta.

Antes de surgir o afluxo de ouro enviava o clérigo a Araújo bastante pano de algodão.

Assim, em novembro de 1695 lhe remeteu 3730 varas em 36 peças, das quais cinco de 102 varas cada qual; de presente ao Ouvidor Geral duas, ao seu escrivão uma e ao seu meirinho duas, presentes êsses de propósitos suspeitos, provàvelmente provocado por insinuação dos poderosos presenteados. Se as peças tinham 102 varas, contavam 112 metros de pano.

O valor dessas peças era de 10.200 rs. em 1695 e 11.000 no ano seguinte.

A 30 de maio de 1696, vendeu Araújo o pano por 283.470 réis, sobrando-lhe ainda três peças. Em 1698 a peça subira a 11$200.

Couros também remetia-lhe Pompeu, no valor de 700 réis por peça. E recebia do correspondente de Santos ferro e aço.

O ferro pagava-o a 5.000 rs. o quintal (58k,758) o aço a 150 rs. a libra (Ok, 459).

Já nas contas de 1699 começam a aparecer as remessas de ouro.

As contas do creso parnaibano com o seu correspondente na Bahia, Inácio de Matos, versavam principalmente sôbre compra de escravos para êle e diversos dos seus.

Também diziam respeito à da prata lavrada e fôlhas de ouro quando realizava a obra da douração de talha da sua capela em Araçariguama, consagrada a Nossa Senhora da Conceição, "a cujo mistério tinha cordial devoção", como explica Pedro Taques, e era igreja "tôda adornada de excelente talha, dourada com muita magnificência". Nela fazia realizar estrondosas festas, todos os oito de dezembro, com um "oitavário de festas de missas cantadas. Sacramento exposto e sermão a vários santos de sua especial devoção e se concluía o oitavário com um aniversário pelas almas do purgatório, com ofício de missa cantada e sermão para excitar a devoção dos fiéis ouvintes".

Em 1687 remeteu Pompeu a Matos 4 barretas de ouro para que lhe mandasse o procedido em moleques. Êsse ouro pertencia ao Sargento-mor Bento do Amaral e correspondia a 200 oitavas "se me não engano, que não estou certo", anotava o banqueiro.

Com as barretas seguiram 6 peças de algodão que Matos receberia em troca de um púcaro, uma salva e um saleiro de prata.

Essa questão de formar copa de prata, a que tantas vêzes se refere Pedro Taques, era um processo de capitalizar naquela época em que não existia no Brasil o menor vestígio de aparelhamento bancário nem vislumbre algum de cooperativismo capitalista sob a forma de inversões em sociedades anônimas.

Pretende Pedro Taques que já o capitão-mor pai e homônimo de Guilherme Pompeu chegara a possuir mais de 40 arrôbas em sua copa, o que nos parece por demais grandiloquente, pois 40 arrôbas chegam a ser quase 600 quilos de metal.

A prata, que constituía o grosso da circulação monetária do Brasil colonial, podia ser amoedada à hora em que assim quisesse seu proprietário.

Teremos o ensejo de voltar a êsses tópicos interessantes.

A 8 de fevereiro de 1699 remetia Pompeu, a Inácio de Matos, pela fragata dos Padres da Companhia, duas libras de ouro (918 gr) que pertenciam a Paulo de Barros, o marido de Inez, a sua bastarda, "para lhe vir em moleques, mais 236 oitavas (826 gr) do Capitão Miguel Garcia, para o mesmo fim e mais

três que lhe eram próprias (1.397 gr) para lhe enviar prata lavrada".

Foram mais 839 varas brutas de pano de algodão em sete peças para tudo voltar em prata.

Assim, como vemos, havia exportação de tecidos do planalto paulista para a região baiana.

Entretanto, não seguiu essa remessa, por motivo de prudência.

Anota Pompeu: "Tornei a recolher êste ouro e o pano por causa dos piratas". Êstes então infestavam a côrte brasileira, sobretudo nas vizinhanças de Angra do Reis e Parati, atraídos pela fama do ouro que sabiam descer das Minas.

A 27 de abril de 1699 escrevia Matos dizendo-lhe que, se quisesse, mandasse a prata lavrada a Santos, que lha pagaria em ouro a mil e quinhentos réis a oitava.

Já em março de 1700 parece que a segurança das vias marítimas aumentara, não se temendo tanto as abordagens dos corsários ou pexelingres. Assim se decidiu Pompeu a remeter ao seu correspondente quatro libras de ouro (1870 gr) por intermédio do Capitão-mor Pedro Taques de Almeida e de Gaspar Gonçalves de Araújo. Com êsse ouro compraria negros ou mulatos "sem reparar no preço dêles".

Na mesma ocasião remeteu mais ouro pertencente a Simão Bueno, o irmão do Anhanguera.

Em fins de março nova remessa efetuou, mais 259 oitavas (906,5 gr).

Assim, tinha Matos em mãos 771 oitavas, ou 1:156$500 rs., para compra de "negros bons". Já adquirira dêsses cativos a 180$000 rs. ou a 120 oitavas por escravos, soma imensa para o tempo.

Mas também a revenda nas minas ainda dava larga margem de lucros como nos inculca a tabela de preços do bom Antonil.

"Por um negro bem feito, valente e ladino, trezentas oitavas.

Por um mulecão, duzentos e cinquenta oitavas.

Por um crioulo bom oficial, quinhentas oitavas.

Por um mulato de partes, ou oficial, quinhentas oitavas.

Por um trombeteiro, quinhentas oitavas."

Também recomendava Pompeu ao correspondente: "não repare no preço."

E ainda entendeu o creso aumentar o cabedal remetido a Matos com mais 190 oitavas. Assim, teria o negociante baiano à sua disposição 1:441$500 rs. para a aquisição de uns dez escravos.

A Santos Mendes Maciel, o correspondente de Lisboa, mandava Pompeu ouro para comprar artigos que não encontraria no Brasil, sobretudo prataria.

A 29 de março de 1700 remetia-lhe 126 oitavas para as suas encomendas. Mas se o saldo existente em Portugal fôsse suficiente para saldar essas compras, aplicasse êle tal ouro mandando fazer 12 cuvilhetes (pratos pequenos) para a mesa, cinco para sopa e caldo, dois castiçais de mesa e duas galhetas com seus pratinhos.

Tirasse da barreta vinte oitavas de presente para fazer um anel.

Era Mendes Maciel homem sério. Mandou dizer ao opulento cliente que tinha saldo em sua casa, descontado o preço das fôlhas de ouro destinadas à douração da capela de Araçariguama. De modo que Pompeu lhe encomendou um guião de cetim de 19 côvados, com suas franjas e cachos (?).

A 29 de maio de 1701 recebia Pompeu em Parnaíba a prata pedida e o guião de "calamaço caramesi". *Calamaço* é hoje nome dessueto e esquecido; correspondia a certo tipo de fazenda de lã, correspondente, segundo parece, ao francês *calmande* ou *calamande*.

Assim, em vez de cetim recebia o clérigo lã. Verdade é que o calamaço era uma espécie de tecido lustroso, misto de sêda e lã.

Em três de julho dêsse ano assentava Pompeu que o seu saldo em Lisboa em mãos de Mendes Maciel era em dinheiro 479$199 rs. e mais cinco barretas de ouro.

VI

Falando da opulência do Padre Pompeu noticia Basílio de Magalhães (cf. Rev. Inst. S. Paulo 18, 309) que a evolução e paradeiro de sua para o tempo imensa fortuna podem ser fàcilmente averiguados graças aos velhos autos que da Delegacia Fiscal da União no Estado de São Paulo vieram incorporar-se às coleções do Arquivo Nacional.

Por volta de 1910 havia na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo numerosos códices coloniais que tivemos o ensejo de percorrer, códices que o delegado do Arquivo Nacional em São Paulo, Dr. Alfredo de Toledo, fêz recolher ao enorme acêrvo que se acumula na instituição a que superiormente dirigem o zêlo e a competência de Eugênio Vilhena de Morais. É provável que lá se encontre grande documentação referente aos bens do Padre Pompeu, englobados na enorme massa provenien-

te do confisco do patrimônio da Companhia de Jesus mandado proceder por Pombal.

Mas a transferência dêsses papéis não se fêz completa, visto como parte se acha no Arquivo do Estado, e foi impressa por Armando Prado no tomo 44 dos "Documentos Interessantes". Adiante veremos que papéis fragmentários ficaram no documentário dos bens patrimoniais da União no Estado de São Paulo.

Quatro aldeias possuía o creso de Parnaíba em Minas Gerais, provàvelmente núcleos de mineração. Legou-os igualmente aos jesuítas.

Faleceu em Parnaíba a 7 de janeiro de 1713, e os reconhecidos inacinos sepultaram-no com extraordinária pompa em frente ao altar de S. Francisco Xavier, no templo de seu instituto, na já então cidade de São Paulo, honrando-o com êste epitáfio: *Hic jacet in tumulo Guilhelmus Presbiter auro et genere et magno nomine Pompeyus.*

Do prestígio do Padre Pompeu nada mais alto documenta do que a carta endereçada a Dom Pedro II, a 28 de maio de 1698, pelo Governador do Rio de Janeiro Artur de Sá e Menezes, e divulgada por Basílio de Magalhães em seus *Documentos sôbre o bandeirismo.*

Pedia o delegado régio ao soberano, que atendesse à circunstância de quanto em São Paulo fazia falta a assistência de um prelado e indicava ao beneplácito real para titular da diocese a se criar o nome do ilustre clérigo paulista.

"Quando V. Magestade fôsse servido a acudir com este remedio, muy digno sugeito era para qualquer ocupação o Doutor Guilherme Pompeo de Almeida, porque as suas virtudes e procedimentos o inculcão para que V. Magestade lhe faça a honra de se querer servir delle".

"E suposto que este sujeito ama muito o seo socego, e quietação, entendo que sendo V. Magestade servido, encarregar-lhe a ocupação que couber na sua pessoa não poderá escuzarçe deste emprego".

Demonstram as indiscrições documentais que o creso parnaibano não teve vida sacerdotal impoluta.

Escreve Basílio de Magalhães, a tal propósito:

"No seu mencionado testamento, declarou o Padre Dr. Guilherme Pompeu de Almeida que teve uma filha ilegítima, por nome Inez de Lima, a qual êle fêz casar com Paulo de Barros, dando-lhe o dote competente, e que a excluiu da herança por assim mandar "a ordenação de Sua Majestade, que priva dêste direito os filhos naturais dos nobres".

"Sem querermos arguir de falsa a declaração do famoso tonsurado paulista quanto à prole em que visou a perpetuar-se contrariando os cânones da Igreja e as ordenações do reino, diremos, todavia, que, por curioso documento — a provisão régia de 17 de novembro de 1713, a qual manda punir os culpados da tentativa de morte contra o desembargador sindicante Antônio da Cunha Souto Mayor, na vila do Carmo em Minas — viemos a saber, pela lista que acompanha essa interessantíssima peça histórica, que se atribuía mais copiosa paternidade ao teólogo da vila de Parnaíba e confundador da de Araçariguama.

Com efeito, entre as pessoas que D. João V mandava prender e castigar (algumas notabilíssimas pelas façanhas ou pela ascendência, como Bartolomeu Fernandes de Faria e Luiz Pedroso de Barros) figuram as seguintes: "Guilherme Pompeu, *filho do Padre Guilherme Pompeu*"; "Romão Forquim, *genro do dito Padre* e "*os bastardos* e correios que consta serem do *Padre Guilherme Pompeu*.

Só se houve outro Padre Guilherme Pompeu naquela época, ou alguma confusão por parte dos informantes do rei, aliás tão amigo de padres e frades".

A expressão *bastardos* não inculca, aliás, a afirmação de que os indivíduos a que se aplicava fôssem filhos do Padre Pompeu. Não tinha então tal palavra a acepção restrita hodierna e não documenta novas quebras da castidade do creso de Parnaíba.

Quem se familiarizou com a leitura dos velhos documentos de São Paulo sabe quão frequentes nêles são as alusões a *bastardos e carijós* — substantivos sempre associados designando os apaniguados, os homens do séquito dos potentados em arcos e cabos de tropa.

Bastardo era o qualificativo de mestiço, de acôrdo, aliás, com o velho significado etimológico francês.

Na transcrição do trecho não haverá ocorrido algum êrro de copista de má letra: *bastardos e correios* em vez de — *bastardos e carijós*?

Há a propósito do significado de bastardo, formal esclarecimento contemporâneo que por completo liquida a dúvida. É o do Padre Manuel da Fonseca, em sua *Vida do Padre Belchior de Pontes*.

Escreve êsse cronista que "houve em São Paulo huma bastarda (assim intitulam aos filhos de Branco e India) chamada Paula" etc. (cf. p. 233 da segunda edição, por nós prefaciada, e por Otoniel Mota comentada).

Assim, o emprêgo do substantivo não indica, a nosso ver, absolutamente, que os tais bastardos tenham tido ao Padre Pompeu por pai.

Não pretendemos defender-lhe a reputação de sacerdote casto, visto como êle próprio confessou ter uma filha, e agora, o documento do Arquivo Nacional lhe atribui um filho e mais outra filha, mulher de Romão Furquim.

Mas a generalização de paternidade não é admissível. Os *bastardos* do Padre Pompeu eram os seus servos mamelucos e mulatos e os *carijós* os de raça indígena e pura.

A passagem dos documentos relativos ao Padre Guilherme Pompeu da Delegacia Fiscal de São Paulo para o Arquivo Nacional deve ter sido realizada de modo infeliz. É o que positivamente indica a descoberta do Dr. José de Barros Saraiva, distinto engenheiro, quando servia no arquivo da Administração do Domínio da União no Estado de São Paulo. Encontrou uma série de fôlhas fragmentárias subordinadas ao título *Recibo e despesas dos bens do defunto Pe. Dr. Guilherme Pompeu de Almeida.*

Traz a assinatura Antº. de Mattos, S. J. Não se acha datado e nêle se inscreve a nota: "vai continuando ainda por diante".

Antônio de Matos é o nome do Padre Reitor do Colégio de São Paulo, lembremo-lo entre parênteses. Exerceu o cargo de 1712 a 1714, segundo nos ensina Serafim Leite.

Constituem êsses papéis, já muito deteriorados e truncados, valiosa contribuição para o estudo biográfico do clérigo milionário.

Êsses fragmentos correspondem a uma parte apenas do inventário do creso de Araçariguama.

Quanto teria deixado o Padre Pompeu? Certamente algumas dezenas de contos de réis, quantia imensa para o tempo, em São Paulo.

Entre os seus contemporâneos, de ninguém se teria, de longe, em São Paulo, arrolado tão avultado monte.

Com oito e dez contos de réis era um homem opulento no São Paulo do seu tempo. Não nos esqueçamos do enorme coeficiente obrigatório para fazer a avaliação das fortunas, devido às diferenças do poder aquisitivo da moeda então e agora.

Com o desequilíbrio financeiro que flagela o Brasil de hoje, assolado pela inflação, o envilecimento da moeda e o ensilhamento daí consequente, o reino do câmbio negro da mais desabalada conculcação dos princípios básicos da economia política, impossível se torna avaliar o que possa ser tal coeficiente.

Destarte, terá deixado Pompeu muitos milhares de contos de nossos dias. Em 1712 a todos assombrava haver o negociante Matias Rodrigues da Silva, avô do pensador Matias Ayres, legado bens no valor de pouco mais de doze contos de réis.

Nada mais tumultuário do que os lançamentos relativos ao espólio do Padre Pompeu descobertos pelo Dr. Saraiva. Aliás, era esta a praxe que nos inventários se observava, por tôda a parte no Brasil.

No do creso misturam-se móveis e roupas, títulos de dívida e louça, carnes e arreios, e assim por diante.

A primeira verba refere-e ao dinheiro amoedado que o capitalista tinha em casa — 75$440 rs., o que representaria hoje, talvez, uma dezena de contos, quantia exígua para quem tão ativos e vultosos negócios mantinha.

Não nos esqueçamos, porém, de quanto tudo era primitivo no Brasil colonial. Pode bem ser que êsse "dinheiro que se achara por sua morte" apenas fôsse o que possuía mais à mão para as despesas imediatas.

O enxoval de cama do creso é restrito para quem sustentava tamanho estadão e a tanta gente hospedava.

A rouparia de mesa de quem tanto gostava de banquetes também não se mostra rica.

O mobiliário arrolado está, igualmente, muito em desacôrdo com os informes do linhagista da *Nobiliarquia*.

A verba "louça", igualmente se apresenta pouco valiosa.

Da copa do Padre Pompeu, em prata e ouro, se fizeram dois lançamentos. Subiu a avaliação a 2:024$000, com um adendo de 1$280 por dois castiçais de prata pequenos.

Nos documentos recém-descobertos não ocorre a menor referência à avaliação da biblioteca do nababo, grande e valiosa e incorporada à do Colégio de São Paulo. No dizer de Pedro Taques, "por sua morte encheram os seus livros as estantes do Colégio de São Paulo".

No arrolamento que vimos seguindo só há vestígios de dois volumes: "um livro de cavalaria" avaliado em rs. 640, outro do Padre Joseph Mas. (Mascarenhas?) que devia ser já no tempo algum cimélio, pois o computaram em 21$830 rs., preço para o tempo e o Brasil absolutamente inaudito, e um ripanço cujo autor se não declara (800 réis).

Numa página do borrador, datada de 8 de junho de 1712, mencionam-se 36 servos, com a particularidade de que cada qual possuía uma escopeta em casa. Nessa lista figuram seis mulatos, quatro negros já do Brasil, *tapanhunos*, dois africanos e dois mamalucos. Do resto nada se diz. Não se mencionam mu-

lheres nem crianças. No testamento de 1710, no entanto, declarou Pompeu possuir 101 escravos africanos ou de origem africana.

É provável que tivesse muitas centenas de índios "serviços forros", fora de São Paulo, nas Minas, quiçá na aldeia que até hoje conserva o nome de Pompeu, situada nas vizinhanças de Sabará.

Também na documentação desvendada não há conta do gado. Entretanto, em outro lugar se conta que em novembro de 1701 possuía o Padre, só no curral de Itu, 246 bovinos. Na mesma ocasião, possuía em Araçariguama 135 bois, 213 ovelhas, 34 cabras e 10 cavalos fora da estrebaria.

Depois da missa de corpo presente em Parnaíba, vieram os despojos mortais de Guilherme Pompeu transportados para São Paulo.

Conta-nos Pedro Taques: "Com marcha de sete léguas foi conduzido o cadáver em um caixão coberto de veludo que carregaram os seus parentes, com o acompanhamento de todo um povo daquela vila, onde êle tinha sido o verdadeiro pai da pobreza, o amparo dos necessitados e o objeto da maior estimação".

"Por esta comprida estrada vieram tochas acesas acompanhando o cadáver, que veio para o depósito do elevado mausoléu que já no Colégio se tinha formado."

Era costume que todos os acompanhadores de enterros recebessem velas de cêra, o que em certos casos se tornava dispendiosíssimo, a ponto de empobrecer sèriamente as famílias dos defuntos, frequentes vêzes.

Tal a fôrça do hábito, e da moda, que as pessoas modestas chegavam ao despropósito de enterrarem os seus pela madrugada, e como que clandestinamente, a fim de não passarem pelo vexame de não poder fornecer tochas aos amigos acompanhadores dos funerais.

Motivou essa vaidade tôla a atuação até das autoridades supremas da Capitania em numerosos bandos.

Majestosas as pompas fúnebres do Colégio, lembra Pedro Taques.

"Estas exéquias se celebraram com pompa funeral pelo agradecimento de grande herança que êste colégio (de São Paulo) recebeu com a morte do Dr. Pompeu, não contente com a liberal grandeza com que em vida lhe fizera largos donativos."

Oitenta arrôbas de cêra se gastaram, a 1920 réis, o que correspondeu a 155$600! Seriam hoje, talvez, trinta contos!

A eça ficou em 105$560. Aos clérigos e religiosos que vieram dizer missas e assistir aos ofícios foram pagos 48$480 e a música recebeu, como em Parnaíba, 12$800.

Do túmulo nada se fala. Foi, aliás, singelo.

Explica Pedro Taques: "Não quis (o Dr. Pompeu) que a campa do seu sepulcro tivesse mais armas que o breve epitáfio que lhe declarasse o nome. Pediu para ser sepultado ao pé do altar de S. Francisco Xavier, que fundara".

Os padres, desobedientemente gratos, lhe puseram, porém, aberta no mármore, a inscrição a que atrás fizemos menção.

Diversas fôlhas avulsas arrancadas de algum livro comercial do creso estavam anexas às despesas dos funerais. Referem-se a contas muito anteriores ao ano do passamento.

Uma dessas fôlhas parece referir-se a ajuste de transações do ricaço com sua irmã Maria de Lima e Moraes, que em 1700 enviuvou do Capitão-Mor Pedro Dias Paes, filho de Fernão Dias Paes:

"A fazenda de meu cunhº deve

Três missas
2 covad. de baeta negra
Deve mª irmã 480
Do intestado 10$.
mais 4 sellos de myssas
Tomou me o Pe. Vigario 1600 de sua pte. dos 10$ do intestado
Irm. do Rosario — 640 — (1699)
feitio da capa 320
3 capellas de missas são 50$ — 1.º-1-1900.
80$ de...
mais 24 moedas 96$
Recebi de mª irmã 200$ pª as Missas.
Deve a mª irmã 97.620 — 5-2-00
Deve 800 de fechadª — 8 medidas de aguardente da terra a 480 rs. a medida e 4 arr. de assucar 8400
Recebi pª ella de Gaspar Nunes ..... 390$000
de Ambrosio da Penha ..... 50$650
+ 74$640
Tenho em drº líquido de mª Irmã líquido 515$290
Deve me ella 4.120 + 17.280
Líquida são 490$250
der o 300 mais 8000 (festa de S. Amaro)
Tenho em drº líquido feita a conta 499.550
que entreguei ao juiz.

UM CAPITÃO GENERAL ESTATISTA

I

Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça e seu govêrno

Pendor deste Capitão General pela estatística
Quadros demográficos de 1800

A 28 de junho de 1797 tomou posse do govêrno da capitania de São Paulo o seu décimo quarto capitão general António Manuel de Melo Castro e Mendonça, alcunhado o *Pilatos*, devido segundo se conta a estar sempre a estalar os ossos dos dedos, sestro que a tradição atribui ao famoso procurador da Judeia, a quem imortalizou a condescendência para com a multidão conculcadora da voz da sua consciência. Fraqueza, graças à qual se consumou o sacrifício do Homem Deus.

Foi o que ouvimos do terceiro Martim Francisco, que em matéria de tradições de sua gente e de sua terra possuía tesouros de erudição aproveitados a cada passo pela portentosa memória.

Reais méritos de administrador e governante dotavam António Manuel de Melo, homem ilustrado, progressista, de trato ameno, autoridade reta e branda.

Figura com vantagem entre os melhores sátrapas que governaram a Capitania de São Paulo desde a data da sua fundação pela carta régia de 3 de novembro de 1709, criadora da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

Os três primeiros Capitães Generais Governadores, embora empossados na vila e na cidade de São Paulo, pouco, muito pouco, viveram na capital do imenso território que governavam, com mais de três milhões de quilómetros quadrados. Estiveram quase sempre em Ribeirão do Carmo, mais tarde cidade de Mariana, no centro da região aurífera então em plena atividade mineradora.

António de Albuquerque Coelho de Carvalho, aliás brasileiro, segundo conta Aureliano Leite, homem de invulgares mé-

ritos, pacificador de paulistas e emboabas, retirou-se coberto do mais justo prestígio pelo acêrto administrativo e probidade integral. Seu sucessor, Dom Braz Balthazar da Silveira, era muito brando e em seu período reinou turbulência a que não soube reprimir. De modo exatamente contrário procedeu seu sucessor, Dom Pedro de Almeida e Portugal, Conde de Assumar, que com pulso de ferro impôs a ordem aos seus violentíssimos e indisciplinados governados de Minas, culminando a sua atuação com a repressão do motim português de Vila Rica em 1720, ou revolta de Felipe dos Santos, Português de Cascais, a fantasia de mal informados historiógrafos o arvorou em protomártir da independência nacional, quando não passava de um aventureiro do mais baixo estofo sem a menor feição brasileira. Irrespondível é o que a tal respeito escreveu Feu de Carvalho em seu *Ementário da história mineira.*

A 20 de fevereiro de 1720 criou D. João V a capitania de Minas Gerais, o que determinou o primeiro desmembramento da de São Paulo. Mas só a 5 de setembro de 1721 se empossou em São Paulo o quarto governador e capitão-general Rodrigo Cesar de Menezes, homem enérgico e inteligente, cuja atenção se voltou principalmente para Mato Grosso, onde recentemente se encontrara o riquíssimo jazigo aurífero de Cuiabá. Para lá se passou a 6 de julho de 1726, aí permanecendo quase dois anos. Ao seu período assinalou a descoberta do grande "placer" goiano pelo Anhangüera, podendo-se dizer que tôdas as suas atenções se voltaram para as coisas da mineração e da descoberta de minas.

Seu sucessor, empossado a 15 de agôsto de 1727, foi o tristemente célebre Antônio da Silva Caldeira Pimentel, que por cinco anos flagelou as populações paulistas com a sua desonestidade, incapacidade e tirania.

A Pimentel seguiu-se o Conde de Sarzedas, empossado a 15 de agôsto de 1732, cujo govêrno se assinalou por medidas de grande alcance. Preocupou-se muito sobretudo com as descobertas auríferas de Goiás, região que percorreu em visita, falecendo em Traíras a 28 de agôsto de 1737. As vias de sucessão fizeram com que se empossasse do govêrno de São Paulo, interinamente a 1.º de dezembro de 1737, Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro. Exerceria o cargo até 12 de fevereiro de 1739, tendo muito pouco contacto com S. Paulo.

Tôdas as vistas dêste homem ilustre, mas prepotente e imperialista, voltaram-se sobretudo para a consolidação da fronteira meridional do Brasil, levada à margem esquerda do Rio da Prata. Sua influência junto ao Rei fêz com que a capitania

de São Paulo sofresse o segundo desmembramento, com a carta régia de 11 de agôsto de 1738, que subordinou os territórios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul ao govêrno fluminense.

O oitavo capitão general Governador de São Paulo veio a ser D. Luiz de Mascarenhas, mais tarde Conde de Alvor e Vice-Rei da Índia. Preocupou-se muito ainda com as coisas da mineração, principalmente em Goiás, onde continuavam a surgir novos e ricos "placers", deixando excelente reputação de probidade, cortesia e interêsse pelo bem público.

Gomes Freire de Andrada, Governador do Rio de Janeiro, desde 25 de abril de 1733, via-se, a 4 de janeiro de 1735, igualmente investido do Govêrno de Minas Gerais. Entre êle e D. Luiz de Mascarenhas estabeleceu-se séria pendência, a propósito da fixação dos limites paulistas-mineiros, longo conflito terminado por verdadeira animosidade.

Valeu-se Gomes Freire da superioridade de sua influência na Côrte para derrotar o adversário, satisfazendo ao mesmo tempo a sua ambição de se tornar como que o Vice-Rei do Sul do Brasil. E conseguiu, por meio de uma manobra de politicagem palaciana, alcançar do Rei o alvará de 9 de maio de 1748, pelo qual foi extinta a capitania de São Paulo, ficando seu território sujeito ao govêrno do Rio de Janeiro.

Com a ascensão de Dom José I em 1750, tornou-se Gomes Freire o homem do maior prestígio no Brasil junto do onipotente Conde de Oeiras, sobretudo depois de suas campanhas no Rio Grande do Sul contra as reduções jesuíticas, a propósito da demarcação das fronteiras determinadas pelo Tratado das Côrtes.

Promovia Gomes Freire a criação do Vice-Reino do Brasil, cuja capital seria o Rio de Janeiro, devendo caber-lhe a investidura viso-real, quando a morte o surpreendeu a 1 de janeiro de 1763, deixando de si entre os paulistas execranda memória. Debalde pleiteara a Câmara de São Paulo, por diversas vêzes o restabelecimento de sua antiga capitania. Nada conseguira contra tão poderoso e prestigioso adversário.

Instalado o Vice-Reino do Brasil, ainda em 1763, o primeiro Vice-Rei, Conde da Cunha, apontou veementemente ao Trono quanto a falta de govêrno prejudicara e prejudicava São Paulo. E assim pela carta régia de 6 de janeiro de 1765 se restaurou a antiga capitania, que passou a ser govêrno independente do do Rio de Janeiro, num território que agora era menos de um sexto do que fôra, em 1720, em virtude da criação das capitanias de Goiás e Mato Grosso.

O novo Capitão General D. Luiz António de Souza Botelho e Mourão, Morgado de Mateus, empossado a 22 de julho de 1765 governaria por quase dez anos, até 14 de junho de 1775. Era homem inteligente, assaz culto, de idéias adiantadas, observador atilado.

Encontrou a sua capitania grandemente empobrecida e teve de se conformar com as exigências inamolgáveis da política pombalina, a qual se achava tôda voltada para a questão da posse portuguêsa nos territórios do sul e do oeste disputados aos espanhóis.

Daí as excessivas solicitações de homens e recursos bélicos da circunscrição paulista, que tanto a flagelaram, sobretudo pela pertinácia da manutenção do sinistro presídio de Iguatemi, em Mato Grosso, e dos reforços militares exigidos pelas campanhas do Rio Grande do Sul.

A correspondência do Morgado de Mateus com a Côrte nos dá perfeita impressão dos recursos de sua inteligência aberta para assuntos económicos.

Pela primeira vez, em todo o acervo governamental de São Paulo, vemos aparecer papéis reveladores de certo descortino progressista, por meio de tentativas de estatística financeira comercial e económica.

Tudo isto muito embrionário ainda, mas positivamente denunciador de mentalidade bem mais avançada do que a do comum dos sátrapas setecentistas, especialmente da dos predecessores do inteligente fidalgo.

Seu sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha, quão diferente dêle era! Pela leitura da documentação relativa ao seu período temos a impressão de que devia ser absolutamente amalucado. Despótico, vesânico, vaidoso em excesso, mesquinho, rixento apaixonado, prepotente ao último grau, deixou tão péssima reputação a ponto de ter sido o único dos Capitães Generais contra quem a Coroa mandou tirar residência ao deixar o govêrno. Não parece contudo ter sido desonesto. Muito apagados foram os períodos, aliás curtos, de seus dois sucessores imediatos, Francisco da Cunha Menezes (1782-1786) e o Marechal Frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo (1786-1788).

A 5 de junho de 1788 empossou-se o décimo terceiro Capitão General Bernardo José de Lorena, futuro Conde de Sarzedas.

Governaria nove anos até 28 de junho de 1797 e seu govêrno se assinalaria por uma série de medidas altamente civilizadoras para o tempo e os recursos locais.

Assim é impossível encarecê-lo mais do que recordar-lhe a monumental obra do empedramento da estrada do mar, no di-

ficílimo trecho da Serra, obra que provocou o entusiasmo geral dos paulistas e deu enorme impulso ao comércio da capitania A isto juntemos as belas construções realizadas na cidade de São Paulo, a da grande fonte pública da Misericórdia, a do quartel de Linha etc. etc.

A Bernardo de Lorena sucedeu Antônio Manuel de Melo e Castro e Mendonça, cujo govêrno duraria de 28 de junho de 1797 a 10 de novembro de 1802, por mais de um qüinqüênio, portanto. De São Paulo foi transferido para o govêrno de Moçambique, onde faleceu. Teve como substituto Antônio José da Franca e Horta, de cujos quase nove anos de govêrno conservaram os paulistas muitas reminiscências amargas.

Pelo que a documentação de seu govêrno inculca deve Melo e Castro e Mendonça ter sido homem brando, inteligente, esclarecido e estudioso dos principais problemas administrativos de sua vasta circunscrição.

De quanto, desde o início do seu período, se mostrou homem a par do progresso, e propenso à prática das conquistas dêste, típico é o modo pelo qual se houve ao encontrar-se a cidade de São Paulo sob a premente ameaça de violento surto variólico.

Pouco antes, sob o govêrno de Bernardo de Lorena, ocorrera terrível epidemia que causara enorme mortandade. As enérgicas providências do novo Governador estabeleceram o isolamento imediato dos enfermos em lugar afastado, a instituição de cordões sanitários no Caminho do Mar, pois o mal irrompera em Santos. E salvaram a sua capital da repetição dos horrores recentes que tanto a haviam assolado. Nesta ocasião fêz o Capitão General grande propaganda da nova descoberta jenneriana, tendo sido o primeiro a inculcar aos paulistanos as inestimáveis virtudes profiláticas da vacinação em massa.

Notou Mendonça quanto eram deficientes as estatísticas relativas à produção de sua capitania. O que existia nos arquivos oficiais era muito pouco em relação ao que conseguira coligir o Morgado de Mateus.

Assim determinou que se organizassem tabelas em condições de dar ao Govêrno idéia do que São Paulo era capaz de produzir e exportar.

Isso o levou a mandar abrir inquérito rigoroso quanto possível, de tais condições, inquérito que redundou na confecção de mapas destinados ao ministro de Estado D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro Conde de Linhares.

Vinte e quatro mapas se organizaram então que diziam respeito ao recenseamento da população da capitania de São Pau-

lo no ano de 1800, e a todo o movimento económico da mesma em 1801, ao alvorecer do século XIX.

Tudo foi remetido ao Ministro, a 22 de abril de 1802, timbrando o Capitão General em afirmar que graças ao excesso da exportação sôbre a importação marchava a sua capitania para "hum estado de considerável opulência".

(Cod. do Arquivo Nacional: Correspondência dos governadores de S. Paulo com os Vice-Reis do Brasil no Rio de Janeiro (1769-1807) a fls. 109).

Graças à extrema obsequiosidade do eminente diretor do Arquivo, dr. Eugênio Vilhena de Morais, obtivemos a reprodução dos vinte e quatro quadros anexos ao ofício, mercê de excelentes fotocópias do gabinete do estabelecimento a que tão superiormente dirige.

Vamos agora analisar tais documentos que, a nosso ver, representam o mais antigo e pormenorizado depoimento estatístico até hoje divulgado sôbre as condições regentes da vida económica de São Paulo.

Os quatro mapas demográficos referem-se a nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos em território paulista em 1800. Não sabemos se se extraviou algum outro computando o conjunto da população da capitania neste milésimo.

Esta ausência talvez a explique o ofício de 22 de abril de 1802 de Melo e Castro a Dom Rodrigo de Souza Coutinho.

"No meu ofício número 24 do ano passado de 1801 participei a Sua Alteza Real (o Príncipe Regente, futuro Dom João VI) da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos as razões que até então me tinham obstado a dirigir à mesma Secretaria o Mappa dos Habitantes desta Capitania, por não achar nos que se haviam feito aparencia alguma de certeza nem exata nem aproximada de cujo ofício remeti a V. Exa. uma via.

E tendo mandado proceder com a maior exatidão a factura das listas da Povoação do ano de 1800 na forma... sôbre elas se reduziram os Mappas que, nesta ocasião, com este ofício, tenho a honra de enviar a V. Exa. assim como os mappas de todos os generos que entraram e sairam desta capitania no ano de 1801, aos quaes ajunto mais dous, um comparativo pelo qual se conhece o lucro anual da mesma capitania e outro dos preços correntes dos generos mais geraes tanto de exportação como de importação devendo contudo lembrar a V. Exa. que supposto no balanço geral, e comparação dos generos importados e exportados haja a diferença de

206:936$192 réis a favor do lucro anual da Capitania, esta diferença não é verdadeira apezar da exatidão do calculo economico porquanto não entraram nem é possível entrar nele as parcelas que são remetidas a dinheiro das Capitanias de Mato Grosso, Goyaz e Minas Geraes, as quaes devem no mesmo calculo aumentar a soma de importação tornando por isto mais pequeno o excesso mencionado. Mas não obstante esta razão sempre indica que a Capitania de S. Paulo exporta maior soma de generos cujo valor servindo atualmente para amortizar as suas dividas, visto estar muito no princípio, o seu comercio ha de reduzir a uns poucos anos a mesma capitania a um estado de opulência considerável."

Assim como vemos revelava o Capitão General verdadeiro escrupulo, não querendo enviar ao soberano, dados que lhe pareciam divergentes da realidade dos fatos.

Dos quatro mapas demográficos (fls. 130, 131, 132 e 133 do códice citado) o primeiro refere-se ao obituário, distribuídos os óbitos "nas suas diferentes classes" a saber: brancos, pretos e mulatos, homens e mulheres, havendo ainda para as duas últimas classes a subdivisão de livres e cativos.

Quinze categorias de idades se mencionam que vão dos primeiros dias de vida a uma existência centenária.

O total dos óbitos foi de 3.467, assim distribuídos: 1.608 de brancos, 57 de pretos livres e 855 de pretos escravos, 719 de mulatos forros e 328 de mulatos escravos. Morreram muito mais homens do que mulheres: 1.917 contra 1.550.

Imensa a mortalidade infantil. Dos primeiros dias ao primeiro ano faleceram 1.015 crianças, das quais 552 brancas, 162 pretas e 301 mestiças. Entre um ano e cinco anos desapareceram 181 brancas, 63 pretas e 139 mestiças. Entre 5 e 10 anos, 102 brancas, 41 pretas e 73 mestiças. As mortes até 20 anos ascenderam a quase duas mil: 1.948, muito mais da metade do obituário geral.

É interessante observar que a mortalidade foi maior entre os brancos, que entretanto tinham mais meios de nutrir e tratar a sua prole do que a gente de côr, mesmo admitindo-se que a população branca da capitania fôsse de cinquenta e cinco por cento, porcentagem aceitável, segundo Eschwege. Dos 20 aos 60 anos morreram 204 brancos e 193 brancas, 12 pretos livres e 18 pretas. Septuagenários: 123, dos quais 51 brancos; octogenários 82, metade branca; nonagenários 37, dos quais 25 brancos.

Os índices da nupcialidade conservavam-se sempre de acôrdo com os da mortalidade. Ocorreram em 1800, 1.064 ca-

samentos, dos quais 600 de brancos, 19 de pretos livres, 185 de escravos, 193 de mulatos forros e 67 de escravos.

A natalidade é que superou de muito a mortalidade. Foi em 1800 de 7.102 pessoas, com grande proporção de nati-mortos porém, — 1.019.

Ocorreu ligeiro excesso de nascimentos masculinos: 3.584 meninos contra 3.409 meninas. Nasceram ao todo 4.009 brancos, 995 pretos e 2097 mestiços.

Segundo Eschwege, em 1810 as porcentagens de côr eram para a capitania: 55 para os brancos, 19 para os pretos, 26 para os mestiços. O recenseamento de 1872 daria, aliás, para um total de 837.354 habitantes da Província de São Paulo, 433.432 brancos, 167.999 pretos e 235.923 mestiços ou 51,7 por cento de brancos, 20 de pretos e 28,3 de mestiços.

Os índios "domésticos" da capitania é que não passavam de 2.079, dos quais 1.103 mulheres com índice de mortalidade relativamente baixo, 46 óbitos, e de natalidade equivalente a 52 crianças, das quais 5 natimortos. A nupcialidade também se mostrou muito baixa: apenas 20 matrimônios se realizaram.

II

A EXPORTAÇÃO E A IMPORTAÇÃO DA CAPITANIA DE S. PAULO EM 1801

Comparação de preços unitários
A navegação transatlântica por Santos

Tabela curiosa é o *Mapa dos Preços Correntes dos Gêneros Importados e Exportados da Capitania de São Paulo no ano de* 1801.

Gêneros de Exportação	Máximo	Médio	Mínimo	Por
Açúcar em caixa — Fino	1.600 réis	1.400 réis	1.120 réis	arrôba
Açúcar em caixa — Redondo	1.200 "	1.200 "	1.000 "	"
Açúcar em caixa — Mascavo	800 "	800 "	720 "	"
Arroz	1.280 "	1.280 "	1.200 "	alqueire
Algodão em pano	160 "	150 "	140 "	vara
Algodão em rama	1.280 "	1.200 "	1.120 "	arrôba
Aguardente	40.000 "	38.000 "	35.000 "	pipa
Banha de porco	2.400 "	2.240 "	2.000 "	arrôba
Bois	4.800 "	4.000 "	3.200 "	um
Bêstas	18.500 "	17.000 "	1.920 "	uma

Gêneros de Exportação	Máximo	Médio	Mínimo	Por
Café	3.000 réis	2.560 réis	1.920 réis	arrôba
Congonha	480 "	320 "	280 "	alqueire
Cal	107 "	1.060 "	1.050 "	"
Carne salgada	2.000 "	1.960 "	1.300 "	arrôba
Couros	2.080 "	2.000 "	1.760 "	"
Cabos	1.280 "	1.120 "	960 "	"
Cavalos	10.000 "	9.600 "	9.000 "	um
Curvas de madeira	400 "	320 "	280 "	uma
Caibros	1.400 "	1.360 "	1.320 "	...
Chapéus de palhas	1.080 "	1.070 "	1.060 "	um
Estopa da terra	400 "	360 "	320 "	arrôba
Farinha de mandioca	1.280 "	1.120 "	800 "	alqueire
Farinho de milho	800 "	640 "	480 "	"
Farinha de trigo	2.000 "	1.920 "	1.760 "	"
Feijão	1.280 "	1.200 "	1.000 "	"
Fumo	2.240 "	2.000 "	1.760 "	arrôba
Frechais	640 "	600 "	560 "	um
Goma	1.200 "	960 "	720 "	alqueire
Galinhas	160 "	120 "	80 "	uma
Marmelada	3.200 réis	3.000 réis	2.880 réis	arrôba
Melado	80 "	70 "	60 "	medida
Milho	640 "	480 "	400 "	alqueire
Peixe salgado	1.800 "	1.600 "	1.280 "	cento
Idem	3.800 "	2.400 "	2.000 "	arrôba
Peças de botas	1.000 "	960 "	800 "	uma
Portais	800 "	640 "	560 "	um
Queijos	10.000 "	9.600 "	8.000 "	cento
Ripas	200 "	160 "	120 "	uma
Sola	700 "	640 "	560 "	meia
Toucinho	1.920 "	1.760 "	1.600 "	arrôba
Taboado	4.000 "	3.200 "	3.000 "	dúzia
Telha	1.000 "	960 "	800 "	cento
Tijolos	1.000 "	960 "	800 "	"
Vigas	400 "	380 "	370 "	uma

Convém recordar que a arrôba corresponde a 14,685 gramas, o alqueire a 36 litros e 26 centilitros, a pipa a 423¹,75, a medida a 2¹,825, a vara a 1m10. Mas com a balbúrdia do velho sistema de pesos e medidas vigente no tempo, há a considerar a existência de diversos alqueires, como o da terra (36¹,26), o de Lisboa (35¹,1) e outros ainda.

PREÇOS CORRENTES EM 1801 DOS GÊNEROS DE IMPORTAÇÃO NA CIDADE E CAPITANIA DE SÃO PAULO

Gêneros de Importação	Máximo	Médio	Mínimo	Por
Aço	5.000 réis	4.800 réis	3.200 réis	arrôba
Almocafres	800 "	640 "	560 "	um
Azeite doce	150.000 "	146.000 "	138.000 "	pipa
Azeitonas	3.200 "	2.240 "	1.920 "	barril
Aguardente do Reino	200.000 "	195.000 "	190.000 "	pipa
Baeta	700 "	640 "	600 "	côvado
Baetão	1.920 "	1.800 "	1.600 "	"
Bertanha de França	8.000 "	7.000 "	6.000 "	peça
Bertanha de Hamburgo	4.000 "	3.520 "	3.200 "	"
Bertanha de Calésia	4.800 "	4.600 "	4.200 "	"
Bacalhau	3.200 "	3.000 "	2.880 "	arrôba
Cravos de ferrar	5.000 "	4.800 "	4.000 "	milheiro
Cobertores	4.800 "	4.000 "	3.200 "	um
Cordovões	8.000 "	7.200 "	7.000 "	dúzia
Crés engomados	9.600 "	9.000 "	8.800 "	peça
Carneiras	4.000 "	3.600 "	3.200 "	dúzia
Cadarços de linho	9.000 "	8.000 "	7.000 "	maço
Cambraias	20.000 "	16.000 "	15.000 "	peça
Cambraietas	9.600 "	9.000 "	8.000 "	"
Caças finas	3.200 "	2.560 "	2.000 "	vara
Caças ordinárias	960 "	800 "	640 "	"
Casimiras	3.200 "	2.560 "	2.000 "	côvado
Chumbo em pasta	3.000 "	2.880 "	2.400 "	arrôba
Chumbo em grão	3.200 "	3.000 "	2.800 "	"
Chapéus finos	6.400 "	4.800 "	4.000 "	um
Chapéus de Braga	2.000 "	1.920 "	1.600 "	"
Chapéus de baeta	640 "	600 "	480 "	"
Chá pérola	4.800 "	4.600 "	4.200 "	libra
Chá	3.200 "	3.000 "	2.560 "	"
Dorantes	19.200 "	18.000 "	17.000 "	peça
Droguetes	1.120 "	1.000 "	880 "	côvado
Estanho de verguinhas	1.000 "	960 "	850 "	arrôba
Enxadas	1.280 "	1.200 "	1.120 "	uma
Foices	960 "	800 "	640 "	"
Ferraduras	3.360 "	3.000 "	2.560 "	dúzia
Ferro	3.000 "	2.880 "	2.560 "	arrôba
Fio de sapateiro	560 "	400 "	360 "	libra
Gangas	2.000 "	1.920 "	1.800 "	peça
Galões	480 "	400 "	320 "	oitava

Gêneros de importação	Máximo	Médio	Mínimo	Por
Linho fino	800 réis	720 réis	640 réis	vara
Linho meia marca	560 "	480 "	440 "	"
Manteiga	560 "	500 "	480 "	libra
Marroquino	13.000 "	12.000 "	11.000 "	dúzia
Machados	1.120 "	960 "	800 "	um
Pregos caibrais	12.000 "	11.000 "	10.000 "	milheiro
Pregos pau-a-pique	10.000 "	9.000 "	8.000 "	"
Pregos caixais	5.400 "	4.000 "	3.200 "	"
Pregos ripais	2.720 "	2.400 "	2.000 "	"
Pólvora	30.720 "	25.600 "	20.480 "	arrôba
Papelão	3.000 "	2.800 "	2.500 "	maço
Papel Olanda	9.600 "	8.000 "	7.000 "	resma
Papel ordinário	3.840 "	3.200 "	2.880 "	"
Sal	2.000 "	1.920 "	1.760 "	alqueire
Vinho	128.000 "	122.000 "	116.000 "	pipa
Vinagre	60.000 "	53.200 "	48.000 "	"

Estabeleçamos a correlação entre mais algumas destas unidades do velho sistema de pesos e medidas, ou dos "complexos", e as do sitema métrico decimal. Equivalia o côvado a 0,m66 e a libra à 459 gramas. O alqueire tinha diversos valores: quando "da terra" equivalia a 36,26 litros, quando de Lisboa a 35,10. Mas ainda existiam os alqueires de 1960 e 1918 polegadas cúbicas, equivalentes a 40,762 litros e 39,883 litros. O barril, que parece dever ser uma medida de capacidade, se avaliava a pêso. Correspondia a dois ancorotes, ou barriletes, equivalendo a 29kg360. A oitava valia 3 gramas e 58 cgr. Tais valores constam de uma tabela oficial publicada no *Jornal do Commercio* de 3 de dezembro de 1838.

Quanto à peça, não sabemos dizer a quantos metros equivaleria hoje; devia corresponder a um estalão oficial de tantos e tantos côvados ou varas, o mesmo quanto aos maços. A resma tinha vinte mãos e a mão 25 fôlhas.

Muitos dêstes nomes de fazendas antigas estão dessuetos, como os *dorantes* e *droguetes;* outros estão quase a rolar nesta mesma categoria, como as cambraietas, as gangas e os baetões. Mas vários dêstes panos conservaram as denominações através dos tempos, como as caças e bretanhas.

Pelos livros da Mordomia do Mosteiro de São Bento, em São Paulo, podemos estabelecer um paralelo entre os preços de 1690, 1760 e 1800, em relação a diversos gêneros da exportação paulista figurando no quadro estatístico de Mello Castro e Mendonça.

MUSEU ... ANO DE ITU

	1690	1760	1800
Farinha de mandioca (alq.)	400 réis	480 réis	1.120 réis
Arroz (alq.)	720 "	880 "	1.280 "
Feijão (alq.)	280 "	400 "	1.200 "
Açúcar (arr.)	1.280 "	2.300 "	1.400 "
Milho (alq.)	280 "	400 "	480 "
Farinha de milho (alq.)	300 "	480 "	640 "
Sal (alq.)	480 "	880 "	1.920 "
Toucinho (arr.)	500 "	720 "	1.760 "
Carne verde (arr.)	160 "	360 "	480 "
Vinho (med.)	160 "	360 "	820 "
Azeite doce (med.)	400 "	700 "	1.000 "
Azeite de mamona (med.)	180 "	240 "	—
Vinagre (med.)	80 "	320 "	400 "
Aguardente (med.)	160 "	160 "	260 "
Marmelada (caixeta)	2.560 "	2.240 "	3.000 "
Queijos (cento)	12.000 "	24.000 "	9.600 "
Galinhas (uma)	80 "	120 "	120 "
Ovos (dúzia)	40 "	80 "	120 "
Perus (um)	160 "	300 "	—
Patos (um)	40 "	80 "	—
Cavalos (um)	10.000 "	14.500 "	10.000 "
Bois (um)	2.000 "	2.280 "	4.000 "
Porcos (um)	—	2.560 "	—
Éguas (uma)	2.000 "	2.240 "	—
Vacas (uma)	1.600 "	1.920 "	—
Vitelas (uma)	1.400 "	1.920 "	—
Novilhos (um)	1.200 "	1.600 "	—
Leitões (um)	80 "	480 "	—

Como demonstra esta pequena lista, verificou-se em São Paulo o encarecimento geral da vida, notado em todo o glôbo, onde as unidades monetárias perdiam progressivamente a capacidade aquisitiva.

Já em meados do século VXIII, contudo, corriam preços mais baixos do que nos primeiros anos da centúria em que ocorrera furiosa alta, aliás, muito explicável pela procura intensíssima de gêneros pagos a pêso de ouro (não há aqui metáfora, por assim dizer) pelos mineradores recém-instalados à margem dos ribeiros auríferos do Espinhaço, onde auferiam colheitas formidáveis do metal envôlto pelas areias aluviais dos córregos de pinta rica. Quem se der ao cuidado de examinar a preciosa tabela de Antônil verá o que pelo milho e as reses pagavam os mineradores,

urgidos pela necessidade do abastecimento em pleno sertão bruto. Daí o encaminhamento ao território aurífero de tropas sôbre tropas carregadas de cereais, marmelada, queijos, farinhas etc. E, paralelamente, pontas sôbre pontas de bois de corte vendidos às vêzes com o lucro espantoso de quatro, cinco e seis mil por cento!

Era, pois, em São Paulo, desabastecido em virtude dêste apêlo imperiosíssimo da população mineira (que apesar de tudo teve por duas vêzes, por ocasião das "fomes grandes", de abandonar em massa a região das lavras) natural o encarecimento imenso de tôdas as utilidades na década de 1695 a 1705.

Fôra êste o determinante dos enormes lucros do Padre Guilherme Pompeu de Almeida, o Creso de Parnaíba. Nada mais fazia, aliás, do que anteceder, nas operações comerciais, aquilo a que tanto assistimos ùltimamente durante as duas conflagrações mundiais.

Por mais que reclamasse em alanceados brados os procuradores do Concelho sôbre o que se passava, provocando o "grande bramo" dos povos, como em princípios do século nos revelam as *Actas* da Camara de São Paulo, a imperiosidade das perspectivas de enormes lucros de tudo zombava.

Mas, depois de período relativamente curto, as roças de milho do território mineiro e a importação de pontas do imenso rebanho dos sertões dos vales do São Francisco e do Parnaíba modificaram as condições do abastecimento das populações mineradoras, com o conseqüente reflexo sôbre os preços em São Paulo.

Assim mesmo, apesar da decadência económica e financeira da capitania, que tanto se acentuou de meados para o fim do século XVIII, encareceu a vida, embora não muito, conforme nos demonstra a comparação dos valores da pequena tabela acima exposta.

Entre 1760 e 1800 outro motivo de alta de preços dos gêneros alimentícios determinou a política de Portugal no Prata.

Tenazmente prosseguia Pombal na faina da realização de um projeto desde tantos anos acarinhado pelos diversos soberanos lusos, o de levarem as quinas à implantação à margem setentrional do Prata.

A infixidez das fronteiras nos territórios meridionais determinou a prolongada guerra entre as duas coroas, como geralmente se sabe, e esta pesou de modo rude sôbre a economia paulista, pelo recrutamento de homens válidos em tão escassa população e as solicitações da entrega de gêneros de produção planaltina, para o sustento das tropas em operações no Rio Grande do Sul e o

abastecimento da Colónia do Sacramento e do presídio de Iguatemi.

Daí o reflexo sôbre os valores de muitas das utilidades exportáveis pela Capitania. Raros os que declinaram como o açúcar, em virtude da grande crise que sobreviera à indústria açucareira de tôda a Colónia, para os fins do século. Agravavam-na as dificuldades de exportação e a restrição das áreas de consumo, em virtude dos acontecimentos determinados pela conflagração européia, filha da republicanização da França.

Por outro lado, se o açúcar caíra muito, o sal subira imenso, mais de cem por cento entre 1760 e 1800. Mas isto se devera a manobras de açambarcamento por parte dos monopolistas, detentores do contrato do gênero. O preço oficial valia o dôbro do que fôra em 1760, mas as populações pagavam o alqueire cinco e oito vêzes o que representava o tabelamento. E êste abuso era muito mais que secular.

A tal ponto chegaram os despropósitos dêste comércio do mais desabalado câmbio negro, que o Príncipe Regente resolveu, nos últimos anos da era setecentista, estabelecer o livre comércio do cloreto.

No século XVIII foi sempre a mais precária e sobretudo irregular a navegação transatlântica para o pôrto de Santos.

Durante muitos anos procuravam os paulistas, insistentemente, que se lhes assegurasse a vinda ao seu principal pôrto de pelo menos dois navios carregados de sal. Mas tudo se baldou, à vista da objeção dos armadores de que descarregados os seus navios ficavam êles meses e meses ancorados no canal santista, à espera de receberem carga de retôrno que lhes não vinha, pois não tinham o planalto e a marinha o que exportar.

Melhorara a situação, porém, e bastante, se não muito, com as grandes obras realizadas na Serra do Cubatão pelo Capitão-General Bernardo José de Lorena, mais tarde Conde de Sarzedas: a *Calçada de Lorena*, o famoso e custoso empedramento feito pelo eficientíssimo João da Costa Ferreira, sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros, benemérito da civilização nas terras de São Paulo.

Realmente, não havia ainda na capitania paulista, ao tempo de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, gênero algum de certa importância comercial. O açúcar de São Paulo era mal reputado, por mal preparado. Não podia suportar o confronto com o produzido em Pernambuco, na Bahia e em Campos. E além de tudo, como lembramos, corria pelo mundo a maior perturbação no comércio açucareiro.

Séria estagnação reinava pois na produção paulista para a exportação oceânica. Além do açúcar, o que existia de mais saliente vinha a ser o toucinho, produzido assaz abundantemente no planalto, e as farinhas de mandioca e de milho, os cereais, transportados por pequena cabotagem sobretudo ao Rio de Janeiro, que então era o grande entreposto comercial de todo o sul do Brasil. Principalmente para a importação européia, via Lisboa e Pôrto, pois ainda os nossos portos não se haviam aberto ao comércio universal. Assim mesmo, a operosidade das populações planaltinas assegurava à capitania belo saldo da balança comercial ao alvorecer o século XIX.

Em relação a alguns gêneros importados é interessante estabelecer-se um confronto entre os preços de 1760 e os de 1800:

	1760	1800
Aço (arrôba)	3$200	4$800
Ferro gusa (arrôba)	1$560	2$880
Pregos caibrais (cento)	1$400	1$100
Pregos ripais (cento)	$200	$240
Pólvora (arrôba)	12$800	25$600
Papel comum (resma)	1$920	3$200
Chumbo (arrôba)	3$840	3$200
Chás (libra)	1$280	3$800
Bacalhau (arrôba)	1$250	3$000

De mais alguns artigos de exportação podemos dar um confronto de preços:

Telhas (milheiro)	6$800	9$600
Taboado (dúzia)	2$560	3$200
Vigas (uma)	$160	$380
Portais (um)	$320	$640

Assim, houvera encarecimento geral de preços, salvo quanto a um ou outro muito raro artigo, variando em geral entre 25 e 50 por cento. Nos livros da Mordomia de São Bento encontram-se ainda outros dados de meados do século XVIII, de que não encontramos correspondentes nas tabelas de 1800:

Barril de peixe fresco	4$500
Arrôba de peixe de Santos	1$600
Cravo (libra)	$240
Pimenta do Reino (id)	$640
Canela (id)	1$200
Farinha de trigo (id)	$080
Banha (id)	$060
Oito nozes moscadas	$240
Um queijo flamengo	$640
Uma carga (?) de pinhões	$210
Uma garrafa	$100
Um copo de vidro	$280
Uma tijela de louça	$030
Um prato de louça	$030
Uma faca de ferro	$080
Uma lima grande	$240
Uma lima pequena	$160
Uma alavanca	$560
Um livro em branco	$960
Uma vara de fumo	$060
Uma quarta de sabão	$080
Uma esteira p/cama	$100
Um balaio grande	$080
Uma cangalha	$320

Em 1760 os jornais dos trabalhadores índios e negros se pagavam entre 80 e 120 réis.

Quando se despachava um portador de São Paulo a Santos, a despesa arbitrada variava entre doze vinténs e uma pataca (240 a 320 réis).

Para no Cubatão esperar carga de Santos a diária do carregador era de oito vinténs (160 réis).

A ajuda de custo de um escravo enviado de São Paulo a Curitiba andava por cinco patacas (1.600 réis).

Para o transporte em rêde do Cubatão a São Paulo cobravam os índios carregadores, nunca menos de dois pares, que se revezavam, oito patacas, ou 2$880, recebendo cada carregador 720 réis. Era também o que se pagava pelo frete de um cavalo ou mula de sela ou cargueiro.

III

VALOR DA EXPORTAÇÃO E DA IMPORTAÇÃO MOVIMENTO DOS PORTOS E DOS REGISTROS

VALOR DOS GÊNEROS EXPORTADOS EM 1801

Por Santos	175:604$470
Por Ubatuba	9:520$420
Por São Sebastião	27:352$080
Por Paranaguá	9:981$370
Por Cananéia	525$125
Por Iguape	5:654$000
Por Guaratuba	353$720
Por Antonina	6:946$800
Por Parati	56:056$600
Pelo Registro do Pôrto do Meira	12:501$920
Pelo Registro da Campanha de Toledo	908$760
Pelo Registro do Moji-Guaçu para Minas Geraes	69:131$010
Pelo Registro do Moji-Guaçu para Goiás	124:813$140
Pela Guarda da Extrema	9:768$280
Pelo Registro de Curitiba	18:264$690
Pelo Registro da Fortaleza	12:990$660
Por Pôrto Feliz	24:377$520
Pelo Registro de Piraí	52:792$870
Total	614:543$435
Donde :	
Importação	402:587$263
Exportação	674:543$435
Saldo da exportação	204:956$192

MOVIMENTO COMERCIAL DOS PORTOS EM 1801

	Exportação	*Importação*	*Totais*
Santos	175:604$470	101:948$263	277:552$733
Parati	56:056$600	41:886$693	97:943$293
Paranaguá	9:981$370	14:967$720	34:949$090
Iguape	5:654$000	10:529$000	16:183$000
Ubatuba	9:520$000	4:603$503	14:123$503
Antonina	6:946$800	5:894$800	12:841$600
Cananéia	525$125	5:470$600	5:000$000
Guaratuba	353$720	3:210$000	3:563$720
São Sebastião	27:352$080	—	—

VALOR DOS GÊNEROS IMPORTADOS EM 1801

Por Santos	101:948$263
Por Parati	41:886$693
Por Paranaguá	14:967$720
Por Iguape	10:529$000
Por Antonina	5:894$800
Por Cananéia	5:470$600
Por Ubatuba	4:603$503
Por Guaratuba	3:210$000
Por São Sebastião	—
Pelo Registro de Curitiba	118:786$120
Pelo Registro de Piraí	85:686$934
Pela Guarda da Extrema	7:350$480
Pelo Registro da Campanha de Toledo	3:682$360
Pelo Registro do Moji-Guaçu, de Minas	2:187$800
Pelo Registro do Moji-Guaçu, de Goiás	1:940$850
Pelo Registro do Pôrto do Meira	587$800
Pelo valor dos gêneros importados de Laguna para fornecimento da vila de Lages	831$660
Total	408:587$243

Observações: — "Falta neste mapa comparativo o valor dos gêneros importados pela vila de São Sebastião, por se não dirigirem as ordens para êsse fim em tempo competente, cujo valor pode ser arbitrado de sete a oito contos, que é tão sòmente de alguns gêneros destinados ao consumo da terra."

N. B. — Ainda que a extremidade da Capitania é na vila de Lages, como tudo o que por ela entra do Continente do Sul torna a passar no Registro de Curitiba, deve-se, contudo meter-se em receita 851$660 réis, valor de alguns gêneros que para fornecimento da vila de Lages entraram da Laguna no referido ano (1801), visto que pelo cálculo de seis meses se achou por entrada o valor de 425$830 réis.

MOVIMENTO COMERCIAL DOS REGISTROS EM 1801

	Exportação	Importação	Totais
Curitiba	118:264$690	118:786$120	137:050$810
Moji-Guaçu para Goiás	124:813$140	1:940$850	126:753$990
Piraí	52:792$870	85:686$434	138:479$304
Moji-Guaçu para Minas	69:131$010	2:187$800	71:318$810
Pôrto do Meira	12:501$920	587$800	13:089$720
Extrema	9:768$280	7:350$480	17:118$760

Movimento marítimo em 1801

Em 1801 demandaram o pôrto de Santos 3 sumacas, 5 lanchas e 40 canoas vindas sobretudo de São Sebastião (1 sumaca, 2 lanchas e 29 canoas). Onze canoas chegaram de Ubatuba, três lanchas de Iguape, São Francisco do Sul e Angra dos Reis. Duas sumacas procediam de Paranaguá e São Francisco do Sul.

Tal o movimento de cabotagem entre Santos e os portos paulistas. Os gêneros importados foram sobretudo farinha de mandioca, peixe salgado, carne salgada, feijão, fumo, aguardente.

Assim se discriminaram os gêneros:

Farinha (alqueires)	2688
Peixe (arrôbas)	105
Feijão (alqueires)	201
Carne salgada (arrôbas)	404
Fumo (arrôbas)	120
Aguardente (pipas)	14
Idem (barris)	18
Mate (alqueires)	50

Paranaguá exportou farinha de trigo (cem arrôbas), mate (240 tábuas); São Sebastião: goma (5 arr.), café (9 arr.) e trinta e um grandes potes de barro. A carne salgada veio quase tôda de Angra (400 arrôbas); São Francisco do Sul bateu o recorde quanto à farinha de mandioca (950 alq.).

O movimento em dinheiro de tôda essa navegação é que foi muito reduzido:

Paranaguá	423$000 réis
Iguape	230$500 "
São Sebastião	466$568 "
Ubatuba	445$020 "
São Francisco do Sul	460$000 "
Angra dos S. Reis	440$000 "
Total	2:465$088 "

Muito mais importante o movimento da navegação exportadora do pôrto de Santos: oito bergantins, duas corvetas, duas galeras, um brigue, treze sumacas e nove lanchas, ou ao todo trinta e seis embarcações, cuja tonelagem não mencionam os quadros.

Estes os portos de destino:

	Bergantins	Corvetas	Galeras	Brigue	Sumacas	Lanchas
Lisboa	2	1	1	—	—	—
Rio de Janeiro	1	—	1	1	6	4
Bahia	1	1	—	—	2	—
Rio Grande	3	—	—	—	—	—
Paranaguá	—	—	—	—	3	—
Iguape	—	—	—	—	—	—
Cananéia	—	—	—	—	1	—
São Sebastião	—	—	—	—	1	4
Guaratuba	1	—	—	—	—	1

Os gêneros expedidos foram os seguintes:

Açúcar (arrôbas)	92.946
Café (arr.)	253
Arroz (alqueires)	807
Toucinho (arr.)	1.856
Banha de porco (arr.)	232
Fumo (arr.)	148
Vinho (pipas)	6
Aguardente (pipas)	13
Azeite de peixe (medidas)	470
Sal (alq.)	230
Fazendas (fardos)	22
Pano de algodão (varas)	47.890
Ferro (arr.)	232
Chapéus de palha	200
Couros	4.366
Tábuas (dúzias)	106
Alcatrão (barris)	2
Paus a pique (dúzias)	767
Ripas (dúzias)	102

Infelizmente, estão destruídos pela umidade os dados numéricos relativos ao valor desta exportação para os diversos destinos.

Grosso modo, conseguimos decifrar que o total da exportação de Santos em 1801 ascendera a pouco mais de 178 contos de réis, assim distribuídos :

Lisboa	56:800$000
Rio de Janeiro	46:651$798
Bahia	42:532$500
Rio Grande	7:564$300
Paranaguá	8:790$660
Iguape	2:051$000
Cananéia	460$000
São Sebastião	14$975
Guaratuba	6$660

Para Lisboa seguiram 34.201 arrôbas de açúcar, 226 de café, 66 alqueires de arroz e 2.366 couros, além de 8.400 paus a pique. O Rio de Janeiro recebeu 32.182 arrôbas de açúcar, 6 de café, 387 alqueires de arroz, 112 arrôbas de toucinhos e 162 de banha. Para a Bahia foram 21.926 arrôbas de açúcar, o que é singular, 315 alqueires de arroz, 1.720 arrôbas de toucinho, 1.200 varas de pano de algodão e 2.000 couros.

Dos panos, os principais clientes vieram a ser o Rio Grande (15.116 varas), Paranaguá (21.083), Iguape (7.191), Guaratuba (2.300) e S. Sebastião (1.000). O azeite de baleia encaminhou-se todo para Paranaguá (230 medidas) e Iguape (240).

Do vinho (de onde proviria? provàvelmente reexportado), cinco pipas partiram para o Rio Grande e uma para Guaratuba. Da aguardente, remeteram-se 8 pipas para Iguape e o resto para Cananéia (3) e Rio Grande (2). As ripas foram tôdas para o Rio Grande, que também recebeu uns 500 paus a pique.

Incomparàvelmente mais modesto veio a ser o movimento marítimo de São Sebastião, neste mesmo ano de 1801. Saíram de seu pôrto 42 embarcações, das quais 35 não passavam de canoas. Cinco outras eram simples lanchas. Apenas zarparam dali uma galera e um bergantim. Trinta e quatro canoas partiram para Santos e uma para Angra dos Reis, a que também procuraram quatro lanchas. O bergantim zarpou para Lisboa e a galera para o Rio Grande. Assim, uma única embarcação de travessia oceânica deixou o belo pôrto da vila sebastianense, outrora tão sujeita a rebates de "cossairos e pexelingres".

A exportação sebastianense compreendeu os seguintes artigos :

Açúcar (arr.)	16.335
Goma (alq.)	2
Café (arr.)	8
Farinha de mandioca (alq.)	181
Feijão (alq.)	159
Peixes salgados (número)	30.050
Aguardente (pipas)	107
Idem (barris)	10
Mel (barril)	1
Fumo (arr.)	201
Algodão (arr.)	22
Marmelada (arr.)	6
Sal (alq.)	500
Telhas (número)	5.000
Tijolos (número)	2.550

Com os portos de destino, foi êste o movimento em dinheiro :

Lisboa	2:359$040
Rio de Janeiro	13:390$680
Santos	3:239$160
Rio Grande	7:949$600
Angra dos Reis	414$200
Total	27:352$080

Interessante tabela é o "Mapa dos gêneros e mercadorias que entraram de Lisboa, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, para a vila de Santos, no ano de 1801".

Aço (arr.)	71
Alcatrão (barril)	1
Baetas (peças)	425
Baetões (peças)	188
Bretanhas (id.)	583
Bofetais (id.)	124
Botões (grosas)	196
Bacalhau (arr.)	40
Calções de meias (número)	52
Cadarços de linha (maços)	100
Crés engomados (peças)	422
Caças finas (id.)	57
Casimiras (id.)	52
Cobertores (número)	166
Colheres de metal (dúzias)	150

Cravos de ferrar (un.)	52.800
Cordovões (peles)	1.920
Carneiras (id.)	124
Catarizes (?) (peças)	1.286
Cambraias (peças)	122
Chá (libras)	43
Chapéus (caixões)	41
Chita (peças)	426
Chumbo (arr.)	83
Droguetes (peças)	109
Dorantes (id.)	196
Demetim (id.)	11
Estanho (arr.)	133
Enxadas (número)	1.630
Enxôfre (lib.)	129
Facas (barris, sic.)	14
Ferraduras (número)	420
Fivelas de arreios (número)	4.700
Ferragens (caixões)	32
Ferro	2.038
Fio de sapateiro (lib.)	2.234
Fitas (peças)	291
Foices (número)	424
Garrazes (peças)	409
Gangas (peças)	1.920
Guingans (peças)	222
Galões (caixotes)	2
Garfos de metal (dúz.)	159
Linhagem (peças)	26
Linho (peças)	1.879
Lindeza (id.)	24
Lilas (id.)	15
Lenox (id.)	20
Linhas (maços)	895
Louça (caixões)	50
Lenços (peças)	252
Meias de sêda (id.)	192
Meias de linha (dúz.)	193
Marroquins (peles)	100
Manteiga (barris)	18
Machados (núm.)	648
Olandas (peças)	210
Olandilhas (id.)	164
Panos de lã (id.)	417

Panos finos (id.)	50
Papel (resma)	297
Papelão (maços)	40
Pólvora (barris)	111
Pedra lipe (lib.)	17
Pregos (barris)	46
Pedra hume (lib.)	121
Riscadinhos (peças)	482
Retrós (?) (lib.)	1.118
Serafinas (peças)	133
Surates (id.)	424
Sarja prêta (id.)	15
Cera do Reino (arr.)	874
Sene (lib.)	15
Sal (alq.)	7.280
Saetas (peças)	57
Tafetás (id.)	130
Vidros (caixões)	11
Vinho (pipas)	94
Vinagre (id.)	30
Azeite doce (id.)	6

Tôda essa importação correspondeu a 99:483$175 réis.

IV

O MOVIMENTO DE SANTOS E DOS DEMAIS PORTOS PAULISTAS EM 1801. TRANSAÇÕES COM O RIO DE JANEIRO

Os quadros estatísticos de Melo Castro e Mendonça, abrangem ainda o movimento marítimo de Paranaguá, Iguape, Ubatuba, Antonina, Cananéia e Guaratuba.

Portos	*Exportação*	*Importação*	*Totais*
Paranaguá	9:981$370	14:967$219	24:948$589
Iguape	5:654$400	10:529$000	16:183$400
Ubatuba	9:520$420	4:603$503	14:123$923
Antonina	6:946$800	5:894$800	12:841$600
Cananéia	525$100	5:470$600	5:995$720
Guaratuba	353$720	3:210$000	3:553$720

Em Paranaguá, como vemos, a importação superava a exportação e o mesmo acontecia nos demais pequenos portos da Capi-

tania. Dois apenas, Ubatuba e Antonina, exportavam mais do que importavam.

Em Paranaguá foi êste o movimento, em 1801 :

Portos de procedência	*Penques*	*Sumacas*	*Lanchas*	*Canoas*
Rio de Janeiro	2	4	1	—
Pernambuco	—	1	—	—
Santos	—	1	—	—
Sta. Catarina	—	—	—	2
Totais	2	6	1	2

Portos de destino	Navios	Galeras	Penques	Berg.	Sumacas	Lanchas	Canoas
Rio de Janeiro	1	1	2	—	4	2	—
Bahia	—	—	—	—	3	—	—
Santos	—	—	1	—	—	—	—
Sta. Catarina	—	—	—	—	—	—	1
Totais	1	1	3	1	7	2	1

Assim, entraram em Paranaguá onze embarcações e saíram dezesseis, durante o decurso de 1801. A navegação para Santos se incrementaria muito, dentro em pouco, com a mudança do govêrno de São Paulo, em 1802, pois o novo Capitão General Antônio José da França e Horta, iria forçar tôda a cabotagem a se concentrar no pôrto da Vila de Brás Cubas.

Medida esta de rematada inépcia, no dizer veemente de Saint-Hilaire, e ditada por inconfessáveis intuitos. Segundo a importância das transações, o comércio importador de Paranaguá assim se classificou :

Com o Rio de Janeiro	9:942$499
" Santos	3:700$000
" Pernambuco	683$720
" Santa Catarina	639$000

E o exportador :

Com o Rio de Janeiro	5:937$290
" a Bahia	2:395$680
" Santos	1:612$000
" Santa Catarina	36$400

O tráfico importador com Santos limitou-se a 60 arrôbas de açúcar, dezenove fardos de fazendas, uma pipa de vinho, 4.259 varas de pano de algodão. De Pernambuco vieram 2.300 alqueires de sal (a 2.900 réis). De Sta. Catarina cem arrôbas de carne sêca e dez de sebo e 500 varas de pano de algodão.

A importação fluminense assim se cifrou :

Açúcar	100 arrôbas
Ferro	96 "
Aço	5 "
Sal	200 alqueires
Fio de algodão	22 arrôbas
Fazendas	17 fardos e 12 caixões
Baetas	7 peças
Chapéus	8 caixões
Colchas	30
Ferragem	2 caixões
Azeite doce	2 barris
Vinho	3 pipas
Pólvora	1 barril

O comércio exportador fêz-se, sobretudo, como acima vimos, com o Rio de Janeiro e a Bahia. Para Santos foram expedidos 800 alqueires de farinha de trigo e 400 de mandioca, 700 alqueires de congonha (mate) e 300 peças de betas. Santa Catarina recebeu 70 alqueires de mate.

O resto assim se discriminou :

Café	34	arrôbas
Farinha de mandioca	326	alq. (188 para a Bahia)
Feijão	62	" (para a Bahia)
Arroz descascado	2.525	" (650 para a Bahia)
" com casca	1.369	" (500 para a Bahia)
Mate	850	alq.
Sola	309	meios (60 para a Bahia)
Taboado	890	dúzias (202 para a Bahia)
Estopa	50	arrôbas
Ripas	94	dúzias
Cabos de cipó	139	
Peças de beta	2.118	(711 para a Bahia)
Peças de aparelho	295	(100 para a Bahia)

Couros	607	(200 para a Bahia)
Viradores	30	
Pranchas	9	dúzias
Frechais	117	"
Peças somenos	310	"

Muito mais sumário o comércio de Iguape, que, em 1801, só negociou com o Rio de Janeiro e o Rio Grande.

Três sumacas do Rio entraram em seu pôrto e uma do Rio Grande; de lá zarparam para o Rio um penque e três sumacas.

A importação assim se distribuiu:

Fazendas	150	fardos	
Farinha de trigo	50	arrôbas	(do Rio Grande)
Bolacha	50	"	(idem)
Carne salgada	2.000	"	(mil do Rio Grande)
Sebo	100	"	(do Rio Grande)
Escravos	6		(do Rio de Janeiro)

A exportação foi tôda para a Guanabara, constando de 3.750 alqueires de arroz pilado e 454 dúzias de tábuas.

Ubatuba só importou do Rio de Janeiro, em duas lanchas:

Fazendas	42 fardos e 5 baús
Carne salgada	40 arrôbas
Remédios de botica	2 caixões
Vinho	1 pipa
Azeite doce	1 barril
Escravos	19

A exportação se fêz em 45 embarcações, a saber:

Rio de Janeiro	2 lanchas
Santos	1 lancha e 24 canoas
São Sebastião	13 canoas
Parati	1 lancha e 2 canoas
Angra dos Reis	1 canoa
Sepetiba	1 lancha

O grande comércio se realizou com a praça de Santos, que absorveu quase 80 por cento do total das transações. Os artigos exportados foram :

Açúcar	60 arr.	(para o Rio de Janeiro)
Café	152 "	(para Santos e 21 a 131 para São Sebastião)
Goma	638 "	(636 para o Rio e 2 para Santos)
Arroz	39 alq.	(para Santos)
Fumo	119 arr.	(82 para o Rio e 37 para Angra)
Aguardente	13 pipas e 4 barris	(para Santos)
Farinha de mandioca	18.378 alqueires	
Peixe salgado	19 arr	(para São Sebastião e 71.984 peças)

A farinha e o peixe tomaram os seguintes destinos :

	Farinha	Peixe
Rio de Janeiro	—	16.100
Santos	17.138	34.493
São Sebastião	521	7.967
Parati	179	1.200
Angra dos Reis	540	—
Sepetiba	—	12.224

O peixe, por unidade, não atingia ao preço de vinte réis.

Em Antonina, os navios de importação vieram de Paranaguá e Santos. Três sumacas do primeiro, um do outro. A exportação se fêz por quatro sumacas para Paranaguá, Santos, Rio de Janeiro e Bahia.

A importação assim se distribuiu :

Artigos	Paranaguá	Santos
Panos de linho	53 peças	—
Idem de lã	40 "	—
Bretanhas	50 "	—
Algodão	6.300 varas	4.000 varas
Chapéus	30 dúzias	—
Feijão	220 alqueires	—
Carne sêca	340 arrôbas	—
Mate	918 alqueires	—
Vinho	48 medidas	—
Sal	27 alqueires	—
Fumo	148 arrôbas	—

E a exportação abrangeu os seguintes itens :

Açúcar	48	arr. (para Paranaguá)
Arroz pilado	2.463	alq. (para o Rio de Janeiro)
Arroz em casca	693	" (para Santos)
Café	16	arr. (para a Bahia)
Farinha de mandioca	1.578	alq. (idem)
Feijão	3	" (idem)
Milho	12	" (idem)
Aguardente	40	pipas (idem)
Couros	10.000	(para o Rio de Janeiro)
Betas	600	(para a Bahia)
Fumos	25	arr. (para o Rio de Janeiro)
Madeiras	469	dúzias (para Bahia)

Cananéia só negociou em importação com o Rio de Janeiro e por intermédio de dois bergantins, mas exportou para o Rio, Rio Grande e Santos.

Os artigos de importação vieram a ser :

Fazendas	4	fardos e 3 caixões
Chapéus	3	caixões
Cera do Reino	1	arrôba
Farinha de trigo	13	arrôbas
Bolachas	4	"
Carne salgada	912	"
Sebo	12	"
Escravos	5	

A exportação compreendeu 1 lancha para o Rio de Janeiro, 1 bergantim e 1 sumaca para o Rio Grande, 2 sumacas para Santos; e os seguintes artigos :

Farinha de mandioca	250	alq. (50 para o Rio Grande e 200 para Santos)
Café	30	arr. (para o Rio de Janeiro)
Cal	1.000	alq. (idem)
Portais	516	(376 para o Rio Grande e 140 para Santos)
Vigas	48	(28 para o Rio Grande e 20 para Santos)
Frechais	30	(para o Rio Grande)
Caibros	601	(20 para o Rio e o resto para o Rio Grande)
Curvas	10	(para Santos)
Ripas	132	dúzias (para o Rio Grande)

Guaratuba importou do Rio de Janeiro, em uma sumaca, e de Paranaguá em 6 canoas :

Fazendas	4 fardos (4 da Guanabara)
Algodão	2.000 varas (de Paranaguá)
Ferragens	2 caixões (idem)
Estopa	5 arrôbas (idem)
Breu	1 barril (idem)

Exportou, por intermédio de 9 canoas para Paranaguá e 1 para São Francisco do Sul, os seguintes gêneros :

	Paranaguá	*São Francisco*
Farinha (alqueires)	767	—
Café (arrôbas)	41	—
Peixe salgado (arr.)	—	38 arr.
Idem (por unidade)	5.700	—

Mas além dos oito portos da Capitania entrou, em 1801, em terras paulistas, importante massa de mercadorias por intermédio da via Cunha-Guaratinguetá, após o desembarque em Parati, e passando pelo Novo Registro de Boa Vista.

Fazendas (fardos)	95
Cera do Reino (arr.)	48
Louça e vidro (caixões)	17
Pólvora (barris)	5
Chumbo (arr.)	64
Ferro (arr.)	383
Aço (arr.)	64
Sal (alq.)	11.870
Peixe salgado (arr.)	63
Bacalhau (arr.)	10
Vinho (barris)	247
Azeite doce (barris)	6
Azeitona (barris)	5
Farinha de trigo (arr.)	3
Machados	24
Enxadas	24
Foices	12
Remédios (caixões)	8
Tachos de cobre	26
Chapéus (caixões)	2
Ferragens (barris)	5
Escravos	17

A exportação, que seguia o caminho inverso compreendeu os seguintes artigos :

Açúcar (arr.)	15.605
Café (arr.)	6
Farinha de trigo (alq.)	16
Farinha de mandioca (alq.)	98
Feijão (alq.)	8
Milho (alq.)	122
Toucinho (arr.)	21.039
Queijos	4.220
Fumo (arr.)	15.021
Aguardente (medidas)	161
Marmelada (arr.)	74
Galinhas	8.837
Bois	459
Cavalo	1
Algodão (varas)	15.417
Sola (meios)	83
Entrecostas	270

Vejamos agora o que, acêrca do comércio terrestre da Capitania de São Paulo, inculcam os quadros estatísticos do Capitão General Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, através dos dados dos diversos registros de Piraí, Fortaleza, por onde passavam a importação e exportação fluminenses, Pôrto do Meira, Extrema, Campanha do Toledo e Moji-Guaçú, barreiras fiscalizadoras do intercâmbio com Minas Gerais.

Moji-Guaçú era o registro para as transações com Goiás, assim como Pôrto Feliz para Mato Grosso e Curitiba para o Rio Grande do Sul, ou antes, para o Continente do Rio Grande de São Pedro do Sul, como no tempo se dizia.

Nesse milésimo de 1801 o território paulista avançava pela área hoje fluminense em verdadeira cunha delimitada pelas cumiadas da Serra do Mar, a margem direita do Paraíba e a esquerda de seu afluente o Piraí, desde as cabeceiras dêste curso dágua.

Abrangia, portanto, terras de vários municípios fluminenses. Desta cunha resta a base, que é o município de Bananal. O recuo da fronteira deveu-se, sob D. João VI, conta-o Saint-Hilaire, à influência do Intendente Geral de Polícia, Paulo Fernandes, mediante gorda gratificação dos fazendeiros de café de São João Marcos, Piraí e Rezende, que preferiam ter como capital a Côrte e não São Paulo.

O grande comércio terrestre paulista-fluminense passava pelo registro de Piraí, de que há uma vista de Debret, pertencente à magnífica coleção do Dr. Raimundo Ottoni de Castro Maya, o benemérito remodelador da Floresta Nacional de Tijuca, seja lembrado entre parênteses. Dêste desenho mandei fazer um quadro a óleo para a coleção do Museu Paulista, pela distinta pintora D. Maria José Botelho Egas.

Vejamos, porém, o que em 1801 passou pelo registro de Piraí, em lombo das admiráveis mulas brasileiras que a Eschwege e a Saint-Hilaire arrancaram verdadeiros brados de entusiasmo e admiração pela prodigiosa resistência.

Importou São Paulo 85:686$434 réis e exportou 52:712$870 em gêneros, mercadorias e efeitos.

Do Rio de Janeiro subiram:

Fazendas	167	fardos
Ouro e prata lavrada	10	bocetas
Cera do Reino	23	arrôbas
Vinho	11	barris
Sal	505	alqueires
Alambiques de cobre	2	
Fornos de cobre	2	
Tachos de cobre	4	
Louça	2	caixões
Pólvora	2	barris
Chumbo	10	arrôbas
Ferro	249	"
Aço	12	"
Machados	40	
Enxadas	40	
Escravos	283	

Para o Rio de Janeiro desceram:

Açúcar	347	arrôbas
Café	24	"
Toucinho	1.370	"
Fumo	493	"
Algodão em pano	71.920	varas
Algodão em fio	100	arrôbas
Bois	5.313	
Cavalos	348	
Bêstas	578	
Poaia	2	arrôbas
Galinhas	21.984	

V

Comércio de São Paulo com Minas Geraes, Goiaz, Mato Grosso, Rio Grande do Sul. A exportação de café em 1801

Analisámos, um por um, os quadros estatísticos do Capitão-General Melo Castro e Mendonça. Falta-nos agora, para concluir tal exame, aduzir os dados relativos ao movimento dos registros terrestres de Piraí, Moji-Guaçú, Pôrto do Meira, Campanha do Toledo, Guarda da Extrema, Curitiba e Pôrto Feliz.

Não esqueçamos que nesse milésimo do 1801 a fronteira paulista-fluminense era o Rio Piraí, desde as nascentes até a foz, no local onde mais tarde surgiu Barra do Piraí, e que a Capitania de São Paulo compreende o atual Paraná e o oeste catarinense da Serra do Mar aos espanhóis confinantes.

No cômputo da importação paulista via Piraí representavam a mais elevada parcela os escravos que então valeriam, uns pelos outros, entre 100 e 150 mil réis. Não é exagerado calcular em 25 contos de réis o que significa tal item.

Estava a cultura do café em seus primórdios de Serra Acima. Pequenas lavouras se abriam em Bananal, Arcas, sobretudo em São João Marcos e Campo Alegre (Rezende). Ainda não começara a formidável derrubada da magnífica floresta do distrito que Spix e Martius presenciaram, arrancando-lhes veementes protestos contra a destruição de tão admirável mataria.

Assim é que os reclamos da cultura cafeeira ainda eram muito moderados em matéria de ferramenta e escravos.

O Rio de Janeiro, centro consumidor de múltiplas exigências, capital do ouro que fôra, e brevemente capital do café, determinava o afluxo considerável de gêneros para o seu mercado, como se depreende de diversas rubrícas do nosso quadro.

O outro registro na fronteira fluminense não passava de mera barreira de animais.

Por êle transitaram em 1801, 2.609 bois, 15 cavalos e 90 bestas, no valor de 12.990$000 réis.

O mais importante dos registros paulistas e mineiros era o de Moji-Guaçu, onde se averbou um movimento de 71:318$810, assim discriminado:

Importação	2:187$800
Exportação	69:131$010

Por Moji-Guaçu passava o abastecimento comercial de grande zona do depois chamado Sul de Minas.

O quadro n.º 13 da estatística de Melo Castro e Mendonça consigna as seguintes parcelas:

Sal	3.882	alqueires
Fazendas	368	fardos
Ferro	297	arrôbas
Aço	48	"
Ferragens	2	caixões
Pólvora	25	barris e 36 libras
Chumbo	99	arrôbas
Escravos	22	
Alavancas	9	
Almocafres	264	
Foices	128	
Machados	34	
Enxadas	10	
Chapéus	2	caixões
Doces	81	arrôbas
Farinha de trigo	76	"
Potros	71	
Mulas	484	

O número considerável de almocafres predominante sôbre o das demais ferragens constitui índice de que a prospecção dos ribeiros auríferos das fronteiras de São Paulo e Minas Gerais, ribeiros aliás de fraco rendimento, andava animada.

A exportação mineira por Moji-Guaçu compreendeu:

Açúcar	1.008	arrôbas
Farinha de trigo	15	"
Farinha de milho	33	alqueires
Rapaduras	5.040	
Queijos	400	
Fumo	60	arrôbas
Aguardente	2	barris e 1.984 medidas
Algodão tecido	1.560	varas
Bois	99	

Muito maior movimento apresentou o intercâmbio paulista-goiano do que o de São Paulo-Minas Gerais, pelo mesmo registro de Moji-Guaçu, como nos indicam as cifras abaixo.

Exportação	124:813$140
Importação	1:943$850
Total	126:756$990

Para Goiás seguiram:

Fazendas	418	fardos
Ferro	331	arrôbas
Aço	54	"
Chumbo	69	"
Doces	73	"
Pólvora	21	barris e 74 libras
Sal	4.136	alqueires
Alavancas	14	
Enxadas	58	
Machados	34	
Foices	64	
Almocafres	258	
Escravos	47	
Chapéus	2	caixões
Farinha de trigo	60	arrôbas
Potros	56	
Mulas	483	

Vieram de Goiás para São Paulo:

Açúcar	1.074	arrôbas
Rapaduras	4.860	
Farinha de trigo	15	alqueires
Farinha de milho	48	"
Aguardente	1.552	medidas
Queijos	600	
Pano de algodão	1.650	varas
Bois	99	

Muito menos importantes do que o registro de Moji-Guaçu para o comércio mineiro eram os do Pôrto do Meira, da Campanha de Toledo, da Extrema. O movimento do primeiro assim se discriminou:

Exportação para Minas Gerais	12:501$920
Importação de Minas Gerais	587$960
Total	13:089$880

A exportação compreendeu:

Sal	915	alqueires
Cavalos	94	
Bêstas	500	

E a importação:

Farinha de trigo	42	arrôbas
Farinha de milho	24	"
Toucinho	133	"
Fumo	165	"
Queijos	870	
Bois	13	

O movimento do Registro da Guarda da Extrema atingiu 17:118$760, total assim discriminado:

Exportação para Minas Gerais	9:768$280
Importação de Minas Gerais	7:350$480

A exportação compreendeu:

Farinha de trigo	1.048	arrôbas
Farinha de milho	1.751	alqueires
Milho	799	"
Feijão	166	"
Arroz	5	"
Toucinho	2.046	arrôbas
Fumo	1.397	"
Queijos	16.240	
Bois	166	
Galinhas	580	

E a importação:

Sal	992	alqueires
Toucinho	26	arrôbas
Vinho	343	medidas
Vinagre	31	"
Aguardente	30	"
Pano de algodão	340	varas
Ferro	39	arrôbas
Machados	11	
Enxadas	13	
Foices	12	
Pólvora	1	barril
Chumbo	6	arrôbas
Chapéus de palha	120	
Potros	189	
Mulas	1 211	
Galinhas	20	

Insignificante o movimento do Registro da Campanha do Toledo:

Exportação	908$760
Importação	3:682$360
Total	4:591$120

Exportou São Paulo:

Sal	341	alqueires
Pano de algodão	92	varas
Vinho	24	medidas
Potros	21	
Bêstas	17	

E importou:

Farinha de trigo	881	arrôbas
Farinha de milho	13	alqueires
Milho	17	"
Feijão	18	"
Toucinho	187	arrôbas
Queijos	25.040	
Fumo	31	arrôbas
Bois	150	

Teve o Registro de Curitiba, como já vimos, elevado movimento no segundo semestre de 1801, aliás omissos os dados relativos aos primeiros seis meses:

Importação	118:786$120
Exportação	18:264$690
Total	137.050$810

A importação do "Continente do Sul" cifrou-se em eqüinos e bovinos, como de esperar, assim discriminados:

Bêstas	7.053
Cavalos	2.148
Burros	8
Bois	4.584

A carga de retôrno para o mesmo Continente do Sul compreendeu numerosos artigos :

Açúcar	115	arrôbas
Ferro	4	»
Aço	4	»
Farinha de trigo	8	»
Fumo	30	»
Anil	8	»
Arroz	4	alqueires
Sal	155	»
Aguardente	7.691	medidas
Vinho	6	»
Vinagre	3	»
Melado	8	»
Escravos	34	
Rapaduras	2.405	
Chapéus de palha	30	
Pano de algodão	2 800	varas
Colchas de algodão	44	
Rêdes de algodão	8	
Coxonilha	1	
Sola	12	meias
Fazendas	44	fardos
Pólvora	4	libras

Documento interessante para a história do comércio do Brasil Central é o último dos quadros do Capitão-General : o "Mapa dos gêneros, mercadorias e efeitos que sairam desta capitania de São Paulo para a de Cuiabá e Mato Grosso, pelo Porto Feliz no ano de 1801".

Tal exportação partiu tôda do único pôrto fluvial, cabeça de linha, a velha Araraitaguaba crismada pelo próprio Melo Castro e Mendonça em Pôrto Feliz.

É o seguinte o arrolamento dos gêneros embarcados nos canoões de monção que, pelo Tietê abaixo, e Pardo acima, varavam em Camapuã para descerem o Coxim e o Taquari, para depois navegarem, a contra-corrente, pelo Paraguai, São Lourenço e Cuiabá :

Sal	820	alqueires
Farinha de mandioca	785	"
Feijão	400	"
Farinha de trigo	100	arrôbas
Marmelada	24	"
Ferro	16	"
Aço	50	"
Chapas de cobre	22	"
Cera do Reino	16	"
Chumbo	48	"
Vinho	167	frasqueiras
Aguardente do Reino	6	"
Aguardente da Terra	25	"
Malvasiá	3	"
Azeite doce	4	frasqueiras
Vinagre	4	"
Escravos	46	
Machados	340	
Enxadas	280	
Foices	465	
Almocafres	740	
Pregos sortidos	8.000	
Cravos de ferrar	6.000	
Alavancas	400	
Fazendas	61	fardos
Pano de algodão	3.260	varas
Louças	5	caixões
Pólvora	12	barris
Capados	120	

A exportação de Mato Grosso só poderia ser em artigos preciosos, como o ouro em primeiro lugar, a poaia, a salsaparrilha, e mais alguns medicamentos correntes de alto emprêgo no tempo.

Mas a tal respeito silenciam por completo as estatísticas do Capitão-General António Manuel de Melo Castro e Mendonça, precursor *si parva licet componero magnis* do verdadeiro patriarca da estatística em terras de São Paulo, o Marechal Daniel Pedro Müller, o autor do notabilíssimo *Quadro Estatístico*, um dos maiores tesouros da bibliografia nacional.

O exame dos diversos quadros que transcrevemos leva-nos a algumas considerações interessantes referentes à exportação do café da Capitania, em 1801, ainda minúscula, pois nem sequer atingia um milheiro de arrôbas.

Por Santos	253	arrôbas
" Paranaguá	34	"
" São Sebastião	8	"
" Cananéia	30	"
" Antonina	16	"
" Ubatuba	152	"
" Guaratuba	41	"
" Parati	6	"
" Registro de Piraí	24	"
Total	564	"

(Continua)